



DEPARTAMENTO DE DIREITO

MESTRADO EM DIREITO

**A INFLUÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO NO PROCESSO
CRIMINAL**

Relatório Profissional para obtenção do grau de Mestre em Ciências Jurídico-Criminais.

Autor: Joaquim António de Figueiredo Machado

Orientador: Prof. Doutor Mário Ferreira Monte

Fevereiro, 2014

Lisboa

DECLARAÇÃO

Nome: Joaquim António de Figueiredo Machado

Endereço electrónico: am.adv@sapo.pt

Número de CC:

A Influência da Investigação no Processo Criminal

Relatório Profissional

Orientador: Professor Doutor Mário João Ferreira Monte

Ano de conclusão 2013

Designação do Mestrado.

Mestrado em Ciências Jurídicas

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTE RELATÓRIO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade Autónoma de Lisboa, 30 de Dezembro de 2013

Assinatura: _____

Índice

Curriculum vitae

Relatório

1. Introdução.
2. O caso concreto.
3. Inquérito.
4. Acusação.
5. A Investigação.
6. Audiência de Discussão e Julgamento.
7. Decisão final.
8. Recurso.
9. Conclusão.
10. Bibliografia
11. Anexo (Excertos da acusação; excertos do recurso)

Curriculum Vitae

Informação Pessoal:

Nome: Joaquim António de Figueiredo Machado

Residência: Rua da Lagoa de Fora, nº 23, 3º Esqº.

2460-873 São Martinho do Porto

Escritório: Avenida Profº. Engº. Joaquim Vieira Natividade, Nº 62

2460-071 Alcobaça

Telefones: Escritório: 262 990 262

Telemóvel: 912 306 625

Correios Electrónicos: antoniomachado.3783c@gmail.com

am.adv@sapo.pt

Nacionalidade: Portuguesa

Data de Nascimento: 2 de Fevereiro de 1958

Estado Civil: Casado;

Experiência Profissional:

- 2013/2014:** Professor de Direito, no Instituto Superior Técnico de Angola-ISTA, lecionando as disciplinas de Teoria Geral de Direito Civil e Finanças Públicas, 2º ano.
- 2013/2013:** Lecionei aulas de Mestrado em Direito, na Universidade Piaget, na disciplina de Teoria Geral da Prova.
- Lecionei aulas de Mestrado em Direito, na Universidade Piaget, na disciplina de Teoria da Jurisdição.
- 1995/2013:** Advogado, com escritório na Comarca de Alcobaça, com ampla experiência de “barra” de Tribunal, nas áreas de Direito Civil, Direito Penal e Direito do Trabalho.
- Lecionei aulas a formandos do Instituto do Emprego e Formação Profissional – I. E. F. P. – cursos específicos destinados a jovens empresários, no domínio do direito do trabalho, direito fiscal, direito comercial, direito societário, direito bancário, direito da economia e as matérias destinadas ao exercício da sua atividade / carreira empresarial.
- 1984/1998:** Assistente Comercial, no “Banco Pinto & Sotto Mayor”, dependência de Turquel, concelho de Alcobaça, exercendo todas as funções inerentes a um balcão.
- No ano de 1986 passei a integrar os quadros técnicos do banco, com as funções de Diretor Comercial, até à saída do banco, para exercer advocacia a tempo inteiro.
- 1980/1984:** Supervisor / Encarregado Geral, na empresa “Faialco – Faianças de Alcobaça, Lda.”, faiança de barro branco, em Alcobaça.
- 1979/1980:** Cumprimento do serviço militar, na Direção de Serviço de Material sito Travessa das Zebras, Belém, Lisboa.
- 1976/1979:** Fiel de armazém e, responsável pelas compras e vendas de peças e acessórios de automóveis, na oficina de mecânica auto “Roxo & Fonseca, Lda.” sito na vila e freguesia da Benedita, concelho de Alcobaça.

Formação Académica:

2013/	Mestrando em Direito, na especialidade de Ciências Jurídicas, pela Universidade Autónoma de Lisboa. (com defesa da dissertação em Janeiro de 2014)
2007/2008:	Pós-Graduação, em Direito Matrimonial Canónico, lecionado na Universidade Católica de Lisboa, com nota final de 15 (quinze) valores.
2002/2003:	Pós-graduação, em Direito Comercial e Empresarial, lecionado pela Universidade de Direito de Coimbra, sem atribuição de nota final, por orientação pedagógica superior.
1998/1999:	Pós-Graduação, em Direito dos Contratos e Cláusulas Gerais, lecionado pela Universidade Internacional, da Figueira da Foz.
1990/1995:	Licenciatura em Direito, na Universidade Internacional, de Lisboa, com a nota final de 12 (doze) valores.
1989/1990:	12º ano na área das Humanísticas / Letras, lecionado no Externato Cooperativo de Ensino da Benedita, com a nota final de 13 (treze) valores.
1984/1986:	Curso Complementar de Contabilidade e Gestão, lecionado no Externato Cooperativo de Ensino da Benedita, com a nota final de 15 (quinze) valores.
1978/1979:	Inglês e Francês dos Complementares dos Liceus, lecionado no externato Cooperativo de Ensino da Benedita, não concluído por motivos de cumprimento de serviço militar obrigatório.
1976/1978:	Curso Complementar dos Liceus na área de Humanísticas / Letras, lecionado no Externato Cooperativo de Ensino da Benedita, com a nota final de 14 (catorze) valores.

- 1974/1976:** 6º e 7º anos dos Liceus, área das Científicas / Ciências, na Escola Secundária D. Inês de Castro, em Alcobaça, com a nota final de 12 (doze) valores.
- 1972/1974:** 4º e 5º ano dos liceus, lecionado no Externato Cooperativo de Ensino da Benedita.
- 1969/1972:** 1º, 2º e 3º ano, lecionado no Seminário do Verbo Divino, em Fátima.
- 1965/1969:** Ensino Primário na Escola Primária da Benedita.
- 1962/1965:** Ensino Pré-Primário no Centro Paroquial e Social da Benedita, sob orientação das Religiosas da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima.

Formação Profissional:

- 1984/1989:** Formação de Gerentes para Dependências Bancárias Psicologia de Atendimento / Marketing / Contencioso Bancário / Back-Office / Front-Office / Aplicações Financeiras / Balconista / Acolhimento Básico / Títulos, Obrigações e Mercado Accionista / Análise e Concessão de Crédito / MS/DOS / Windows / Word / Excel.
- 1984/1984:** Curso Geral da Banca, lecionado no Instituto de Formação Bancária, com nota final – MUITO BOM.
- 1995/1995:** Primeira fase do estágio para advocacia, lecionado na Ordem dos Advogados, Conselho Distrital de Lisboa, com nota final – BOM.
- 1995/1997:** Segunda fase do estágio para advocacia, acompanhado pelo Ilustre Advogado Drº. Felisberto de Matos, com exame de agregação, com nota final – MUITO BOM.

1998/1998: Curso de Formação para Formadores, lecionado no Centro de Formação Profissional de Santarém, com nota final – Excelente.

Atividades Extra - Profissionais:

2006/ : Consorte na Associação Portuguesa de Canonistas.

2000/2004: Presidente da Direção da Associação Alcobacense de Cultura e Desporto, clube e associação vocacionada para as camadas jovens e, para a prática desportiva de Hóquei Patins Federado / Patinagem Artística Federado / Futsal Federado nos escalões de infantis, juvenis, iniciados e juniores e Xadrez.

1999/2003: Fundador do Rotary Club da Benedita.

1990/1999: Várias presenças em jornadas e conferências. Nomeadamente: Integração Europeia / O Novo Código do Procedimento Administrativo / A Reforma do Código Penal / O Novo Código de Processo Civil / Os Novos Desafios da Advocacia / As Novas Tecnologias Aplicadas à Advocacia / Habillus / Cittius / Advocacia no Espaço Europeu / Fiscalidade das Empresas / Direito Registral.

1972/1976: Membro e participante no Grupo de Jovens da Ação Católica na Paróquia da Benedita.

1972/1974: Membro e participante do Grupo de Teatro Jovem do Externato Cooperativo de Ensino da Benedita.

1972/1974: Membro e participante como cantor e executante musical em viola e piano, no Grupo Coral e Musical do Externato Cooperativo de Ensino da Benedita.

Primeira língua: Português

Outras línguas:

Auto-avaliação:	Compreensão	Conversação	Escrita
♣Inglês:	Médio	Médio	Médio
♣Francês:	Médio	Médio	Médio
♣Espanhol:	Médio	Médio	Médio

RELATÓRIO

1. Introdução

1.1. Explicação prévia metodológica

O presente trabalho – Relatório Profissional – que serve de base para apresentação e defesa oral com vista à obtenção do título de Mestre em Ciências Jurídicas assenta num caso concreto e real que acompanhámos “ab initio” até ao trânsito em julgado.

Consideramos que o relatório profissional com vista à obtenção do grau de Mestre deve, tanto quanto possível, refletir, por um lado, a experiência do candidato no modo como analisa e compreende o Direito e, por outro, deve ter como objecto de estudo a realidade profissional em que o candidato se insere para a sobre ela teorizar, elevar à ciência do direito, de modo a que o resultado final se apresente como um contributo para a área da ciência em que se insere o relatório. Ora, neste caso, o candidato é advogado, ainda que recentemente exerça funções académicas. É da experiência forense que nasce este trabalho. O objecto de estudo é um caso concreto, como se disse, e sobre ele fazemos considerações diversas, atestando tanto os conhecimentos teóricos que sobre esta matéria já foram produzidos como os que sobre o caso concreto podem ser produzidos.

Por se tratar de um relatório, e não de uma dissertação, entendemos que devíamos adotar um estilo que fosse adequado, ou seja, que também refletisse o modo de atuar do candidato enquanto profissional forense. Por isso, não encontrará o leitor citações habituais de autores, optando-se por as reduzir a situações muito pontuais, embora toda a bibliografia elencada tenha sido devidamente consultada. Privilegiou-se, isso sim, a narrativa pessoal,

profissional, aprimorada com uma análise crítica do direito aplicado, com recurso às fontes que estão indicadas no final do trabalho

1.2. O tema e seu tratamento

Dito isto, importa acrescentar que o tema escolhido, convocando matéria relacionada com a investigação criminal, assenta em concreto nas dúvidas de nos assaltaram durante todas as fases processuais, em especial em sede de audiência de discussão e julgamento, estas, que não foram esclarecidas. Por isso subsistem, quer na nossa mente, quer na nossa consciência. Tais dúvidas, de índole permanente, levam-nos a questionar sobre quais os modos e meios que a investigação utiliza a bem da descoberta material, só assim se fazendo e aplicando uma boa justiça.

Não raro somos assacados através dos órgãos de comunicação social, sobre questões e matérias judiciais – crime – que, pese o fato desses profissionais não possuírem grandes conhecimentos na área, impossibilita-os de informar de forma cabal e séria sobre os factos em apreço, influenciando, diga-se em abono da verdade, a generalidade da comunidade. Influencia esta, que leva a uma total e concreta desacreditação, quer do direito, quer da justiça. Se esse sentimento assenta, maioria das vezes em meras especulações próprias do agente informador, o que é certo e, após assistir por dentro este caso concreto, subsistem dúvidas, aliás muitas dúvidas para a qual procurámos respostas ou no mínimo esclarecimentos, no intuito de tranquilizar consciências e entender com rigor quais as falhas do sistema de averiguações e investigação. Consideramos que os órgãos de polícia criminal existentes a nível de recursos humanos, são capazes, diligentes e bem formados cientificamente, socialmente, humanamente e moralmente. No que concerne aos meios, somos de crer que estão bem equipados a nível de tecnologia de ponta.

Assim, perguntar-se-á com alguma legitimidade. O que falhou? O que falha? O que está mal?

São matérias de muita e grande sensibilidade, dado que, o que está em causa é a pessoa humana e como tal deve ser tratada com a equidade como lhe assiste de direito. Não raras as vezes, ficamos com a sensação que os mesmos órgãos de investigação criminal, apenas pretendem descobrir quem são os agentes do crime, menosprezando ou negligenciando outros elementos de investigação cruciais para punir ou não o prevaricador.

Voltando ao tema que nos assiste, estávamos em presença de crimes de falsificação de documentos bancários e de crimes de burla sob a forma tentada, todos praticados em coautoria. Ora, são dois tipos de crime que se mostram de grande complexidade em matéria de investigação. Não podemos menosprezar igualmente que estávamos em presença de uma entidade bancária e uma empresa pública. Estas, gozando de estatutos próprios e beneficiando de proteção legal no que tange a sigilo. Por isso, de certo modo, blindadas no que concerne à investigação, chegando maioria das vezes a serem interpeladas de forma assaz pelos próprios Magistrados e Juizes de Direito. Por isso, era nosso ensejo, que a investigação levada a cabo naquele processo, viesse clarificar e identificar o envolvimento pessoal, sabe-se lá de quem, que seriam com grande probabilidade de certeza os mentores do crime de burla com todos os benefícios inerentes. Como nada foi investigado a esse nível, ficámos apenas pelos executantes, que diga-se, no nosso modesto entendimento e salvo melhor opinião, foram absolvidos, tendo sido apenas condenados a “raia miúda” ou os “testas de ferro”, como se diz na gíria.

Sabemos e temos consciência que cabe à defesa a possibilidade de requerer meios de prova adicionais, pedir explicações sobre meios de prova carreados para os autos e, mesmo propor a obtenção de novas provas, tudo fazendo em defesa e benefício do suspeito / arguido. No caso “sub judice” temos a consciência que fizemos tudo o que estava ao nosso alcance. Contudo, não

obtivemos dos agentes da justiça qualquer sorte ao por nós proposto e requerido, nem, no mínimo qualquer merecimento dos autos.

Propomos caminhar por todas as fases processuais, trazendo a realidade dos acontecimentos, com factos concretos, reais e vividos por dentro. Fazendo uma reflexão doutrinária, legal, pequena e de forma sucinta, sobre cada fase do e no processo. Não nos debruçamos sobre a fase da instrução, por entender, modestamente, não ter cabimento, por ora, no presente trabalho. Mas, não foi negligenciada. Será, quiçá um dia, objeto de análise e estudo, por se tratar de uma matéria com alguma, diria antes, de grande complexidade. Entendemos, também, que a fase da audiência de discussão e julgamento é a mais importante em todo o processo penal. É nesta que, e, se me é permitido dizer, que se “jogam todas as cartas”. Para tanto, achamos pertinente fazer uma reflexão, mesmo que breve, sobre a importância das testemunhas no processo. Nomeadamente: o comportamento em tribunal, a forma como é prestado o depoimento, o olhar, o vestuário usado em julgamento. No caso presente, e porque a maioria das testemunhas da acusação eram os próprios agentes dos órgãos de polícia criminal, atendemos à sua qualidade de testemunha qualificada.

Por último, trazemos aqui à liça o recurso de que foi alvo o Douto Acórdão proferido pelo tribunal “a quo”. Transcrevemos os depoimentos, as alegações de facto e de direito, não para nos tornarmos exaustivos e cansativos. Mas, fundamentar a razão de ciência das nossas perturbações, consubstanciadas nas dúvidas que permanecem e perturbam a nossa consciência.

2. O caso concreto

Decorria o ano de 2005, no exercício da advocacia, fomos instados para prestar assistência e representar um cidadão, para em primeira instância o acompanhar, pois, encontrava-se detido para averiguações. É um direito que lhe é conferido e – acesso ao aconselhamento jurídico, à assistência e representação por advogado – que está consagrado como um dos direitos fundamentais reconhecidos em qualquer Estado Democrático.¹ Neste âmbito, sem sombra de dúvidas, podemos afirmar que o patrocínio forense no processo penal é o paradigma desse direito ao apoio jurídico, sendo o mandato judicial no processo crime o que mais necessita do “casamento” entre defensor e acusado, por natureza. Porém, há sempre um caso ou outro, que fica na memória, quer quantos às matérias em análise e sua discussão, quer quanto à sua particularidade e objeto. Neste, que serve de base ao presente trabalho de dissertação de Mestrado, tocou-nos em particular. Porquanto, no final do processo com o trânsito em julgado do acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, fica-se com a nítida sensação, que algo ficou por esclarecer, ou, se a verdade material ficou e perdurará oculta. Em suma, não se fez justiça.

Tal dúvida que persiste e persistirá, fica por saber ou esclarecer o seguinte:

- Quais os mentores e cérebros da ação criminosa?
- A quem se destinavam as centenas de milhares de euros?
- Porque não deixaram os agentes da Polícia Judiciária consumir o crime?

São questões que ainda nos dias de hoje assolam a mente, e, se na qualidade de defensor falhei ou se fiz e dei o meu melhor, atento os interesses e defesa do arguido. Contudo, não se pretende desculpar o que é indesculpável.

¹ Cfr. artigo 20º nº 2 da Constituição da República Portuguesa em que: «*Todos têm direito, nos termos da lei, à informação e consulta jurídica, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade*»

Ou seja; explicar de forma capiciosa a ação criminosa dos arguidos envolvidos ou desculpar o crime cometido. Mas, entender ou compreender, se a isso nos é possível, de forma razoável e não com uma crítica destrutiva. Mas, construtivamente analisar o que correu mal ou menos bem na investigação, ou, uma ação menos cuidada e menos criteriosa dos órgãos de polícia envolvidos, ou por último, e já em sede de julgamento na derradeira tentativa do esclarecimento das dúvidas existentes para a descoberta da verdade material, não mereceram por parte do julgador qualquer reparo ou acolhimento, permanecendo definitivamente a dúvida.

O aludido arguido era um dos suspeitos de tentar burlar a empresa “Metropolitano de Lisboa”, vulgo “Metro”, num montante aproximado de € 10.000.000,00 (dez milhões de euros). Presente a Tribunal, cumpridos todos os formalismos legais, ouvidos em sede de declarações de arguido detido, indiciava o cometimento de um crime de Burla ² e dois crimes de falsificação de documento³. Pretendiam os arguidos, em conjunto, locupletarem-se com o montante sobredito a expensas daquela empresa.

Para tanto; Um outro arguido, funcionário do “BCP – MILLENIUM”, a exercer a sua profissão no departamento de informática, terá clonado três cheques da empresa “METRO”, preenchendo-os – valor, extenso, data e endosso – após as assinaturas competentes e legais como forma de obrigar a sociedade. Tudo parecia estar perfeito.

Esses cheques – três – foram entregues aos arguidos da zona de Alcobaça, curiosamente conhecidos e com vínculos familiares entre eles, que tinham como função, depositá-los numa conta de um deles, e, após o depósito tais montantes seriam de imediato transferidos para uma conta – off shore – que, e, mais tarde, se procederia à repartição nos moldes acordados entre todos. Os aludidos cheques, depois de apresentados a pagamento junto do banco

² Cfr. artº. 202º do Código Penal

³ Cfr. artº. 256º do Código Penal

sacado, seriam debitados na conta à ordem do sacador, e, após esse movimento bancário, o sobredito funcionário “mandava a banda informática abaixo”, no intuito de tornar invisível o débito dos cheques.

A título de informação e para que se entenda como seria possível tal logro, a conta do “METRO” apresentava um saldo devedor de algumas centenas de milhares de euros, o que e à primeira vista, não surpreenderia quem controla contabilisticamente a conta. A ordem de pagamento dos cheques, partiria de dentro pelo próprio gestor de conta, e tudo estava preparado para o “golpe”. Os três cheques são entregues ao grupo de Alcobaça, para dar continuidade ao plano.

De tudo isto, algo começou a correr mal na segunda fase do plano. Porquanto, o arguido a quem estava cometida a função de os depositar e, face a tão elevados montantes, receoso, deslocou-se à dependência bancária onde tinha aberto uma conta à ordem – propositadamente para o efeito – para indagar junto do responsável do balcão, os trâmites a seguir e os riscos de tal operação, no que concerne ao depósito e posterior transferência. Daquele, depois de consultado o gestor de conta do “METRO”, obteve os esclarecimentos possíveis e necessários para tão avultado negócio e, desde que o dinheiro ficasse “dentro” do banco poderia depositar os cheques. O arguido, entrou em contacto com os “cérebros” do negócio, e um dos requisitos obrigatórios, seria, os valores tinham que ser depositados e simultaneamente, transferidos para uma conta “off shore” fora da “rede B. C. P.. Recebido o esclarecimento – de cima – o arguido volta ao balcão para dar conta daquele pormenor, sendo informado, agora, pela necessidade de uma justificação da proveniência do dinheiro. Tudo fica em “stand by”. Era véspera de fim-de-semana, ficando agendado a segunda-feira para tratar e concluir “o assunto”. No final do dia de Domingo, ao arguido é dado conhecimento que a Polícia Judiciária já tinha conhecimento dos acontecimentos e que estava atenta e em campo. Por isso, é aconselhado que aborte a operação sob pena de o não fazer, correr os riscos

inerentes à atividade criminosa em curso. Porém, pressionado por um dos arguidos do grupo de Alcobaça, aquele, na segunda-feira telefona para a dependência bancária, no intuito de falar com o mesmo responsável, mas, ironia das ironias, tal individuo não se encontrava porque tinha entrado no período de gozo. Por isso, desapareceu o “elo” de confiança dentro da dependência onde os cheques seriam depositados para o arguido.

Mesmo assim, apesar de avisado, numa terça-feira, hora de fecho da dependência bancária, o arguido munido dos 3 cheques e da justificação da proveniência do dinheiro, entra, procura falar com o responsável substituto, e de imediato é levado por dois agentes da Polícia Judiciária para o gabinete do responsável e, começa o seu pesadelo. O arguido é detido, segue-se uma busca ao seu local de trabalho, à sua residência, recolhendo aos calabouços da Polícia Judiciária e é presente a primeiro interrogatório.

O arguido presta as suas declarações, e, dada a factualidade que impedia sobre si, é aconselhado a falar com verdade, dado o benefício que lhe pode aproveitar na colaboração com o tribunal na descoberta da verdade. Sendo restituído à liberdade, com termo de identidade e residência, com a obrigatoriedade de apresentações bi-semanais no posto da Guarda Nacional Republicana da sua área de residência e, a proibição de falar com os restantes arguidos, sob pena, de revogação imediata das medidas de coação aplicadas.

Assim, inicia-se o inquérito.

3. O Inquérito

O processo criminal, como realidade dinâmica que é, com um percurso de expedientes com vida própria, encadeado com várias etapas, atinente ao esclarecimento dos factos, com o fim do apuramento da verdade, culminando com a decisão final atingindo o auge com a sentença final, resolvendo-se a lide

processual. Assim, o “ex ante” do processo, é apenas um caminho a percorrer até ao momento da decisão, se o facto ou os factos depois de averiguados deverão, ou não, ser submetidos a julgamento, com grande probabilidade de quem os pratica vir-lhe a ser aplicada uma sanção, esta, aplicável ao caso concreto e, à moldura penal suficiente para desmotivar uma futura prática dos mesmos.

Todo o facto ou factos censuráveis e tidos como penalmente relevantes e dos quais houve notícia, através de participação ou do conhecimento oficioso, com exceção das situações especiais que culminam no julgamento imediato, ou quase imediato, sob a forma de processo sumário, ou, não sendo o caso, no mínimo na acusação em processo abreviado, no qual implica a submissão a processo de averiguação preliminar, no intuito de aquilatar se os factos ocorreram o não, decidindo-se pela submissão a audiência de discussão e julgamento e consequente decisão.

É através deste expediente – inquérito⁴ - que se procede à investigação dos factos, constituindo uma atividade preparatória da decisão final, tomado pelo Ministério Público, de levar o feito, ou não, a julgamento. Sendo nesta fase, que há lugar a várias diligências, procede-se à recolha de dados, tudo que leve a indícios que com alguma segurança, leve a punibilidade do ou dos autores da ação criminosa. Assim, o inquérito no nosso ordenamento jurídico, não é mais que um instrumento de investigação criminal, sendo indispensável para chamar à responsabilidade dos autores da ação criminosa.

Podemos afirmar, que é a primeira fase obrigatória no processo sob a forma comum, sendo da competência do Ministério Público, auxiliado pelos órgãos da polícia criminal, investigando, recolhendo provas sobre o crime, quais os seus agentes em ordem à acusação. Tudo isto resulta da própria lei⁵, com apelo á sua

⁴ Inquérito que pode ser sumário em caso de processo abreviado – nº 1 art. 391º-A do CPP.

⁵ Vidé nº 1, do artº. 262º do CPP “*compreende o conjunto de diligências que visam investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a responsabilidade deles e recolher as provas, em ordem à decisão sobre a acusação*”.

finalidade essencial: preparar, através da prova indiciária recolhida, a decisão do Ministério Público a final.

O inquérito tem três fases essenciais. A saber:

- abertura que é o princípio⁶;
- desenvolvimento podemos denominar o meio;
- conclusão ou fim.

O desenvolvimento do inquérito que tem como fim a investigação do crime, sob égide do Ministério Público, que não é mais do impulsionar as diligências processuais de forma a esclarecer o facto ou factos que deles tiveram notícia⁷.

Em regra o Ministério Público chama a si a prática de tais atos, dirigindo e realizando o tido por necessário à investigação. Porém, várias vezes, pede a colaboração dos órgãos de polícia criminal, que neste caso a presença do próprio Ministério Público não é obrigatória ou necessária^{8/9}.

Podemos afirmar, que o investigador não está limitado na busca e pesquisa dos atos relevantes para o inquérito. Porquanto, é livre de carrear para os autos tudo o que se mostre relevante para esclarecer o ilícito criminal, numa vertente tripla:

- investigação da existência ou não do crime;
- punibilidade ou não do seu autor;
- determinação da pena ou medida de segurança aplicável¹⁰.

⁶ Inicia-se ou abre-se o inquérito – obrigatoriamente – logo que haja notícia da existência de uma situação tida por criminosa (artº. 262º, nº 2 do CPP), só assim não sendo quando o arguido é desde logo julgado sumariamente por haver sido detido em flagrante delito (artº. 238º e 362º do CPP), O mesmo prescreve o artº. 2º da Lei nº 49/2008, de 27 de Agosto (Lei de Organização da Investigação Criminal).

⁷ Cfr. artº 267º do CPP.

⁸ O que não dispensa de, sem prejuízo da autonomia técnica, logística e estratégica, de que antes se falou, acompanhar de perto o curso dos acontecimentos e veicular mesmo, quando necessário, diretivas quanto aos pontos que particularmente importe investigar.

⁹ Actos há, finalmente, que, meso na fase do inquérito, nem sequer podem ser realizados pelos órgão de polícia criminal (quando sejam encarregados da sua prática), por a lei os reservar à *competência exclusiva do juiz de instrução*.

¹⁰ Cfr. artº. 124º do CPP.

Porém, convém dizer aqui e agora, que aquela convicção é precária, dado que assenta em meros indícios, mas, que essa precaridade venha a transformar-se em certeza em sede de audiência de discussão e julgamento¹¹. Como o processo penal tem uma estrutura acusatória¹², quer dizer, que só há julgamento se uma acusação levar o feito a juízo, fácil será de entender, que o inquérito tem como finalidade última e essencial, permitir que seja tomada uma decisão de acusar ou não acusar.

Chegados aqui, temos a decisão final do inquérito, que é o momento da sua conclusão, consubstanciado num juízo sobre a matéria que foi levada ao conhecimento à autoridade competente para o efeito e, o que é relevante ou não como crime, do recurso à mediação penal, da suspensão provisória do processo, ou, de introdução do feito em juízo através da acusação. Os diferentes e possíveis resultados do inquérito, condicionam a posição do arguido ou arguidos no que tange à decisão que a final vier a ser tomada. Assim, tratando-se do arquivamento, o arguido fica na expectativa, aguardando que o assistente requeira a abertura da instrução¹³ ou que hierarquicamente haja intervenção, oficiosamente ou como resultado de reclamação¹⁴. Se o arquivamento se basear nos termos e para efeitos do artigo 277º do C. P. P., neste caso o arguido nada pode fazer, contudo, poderá abrir mão de uma participação criminal com base em denúncia caluniosa. Se o arquivamento tiver como base na dispensa da pena¹⁵, não poderá ser impugnada¹⁶.

¹¹ Daí que o juiz de instrução quando é chamado a intervir no inquérito – e isso só acontece quando há que acautelar direitos fundamentais do cidadão – não o faz na qualidade de investigador, mas apenas enquanto *juiz das liberdades*, não praticando assim, em regra, actos de inquérito, quanto muito actos de inquérito, ou seja, actos praticados nessa fase processual mas que não se destinam a recolher indícios do crime ou da identidade dos seus autores. Só reflexa ou lateralmente isso poderá acontecer, quando, por exemplo, o juiz necessita de proceder a qualquer indagação para fundamentar a aplicação de uma medida de coação ou de garantia patrimonial, ou quando, a pedido do Mº Pº, dá seguimento a uma busca domiciliária ou à apreensão de correspondência.

¹² Conforme o dispõe, o nº 5 do artº. 32º da C. R. P..

¹³ Cfr. artº. 287º do CPP.

¹⁴ Cfr. artºs. 278º e 279º, nº 2 do CPP.

¹⁵ Cfr. artº. 280º do CPP.

Se for deduzida acusação¹⁷, o arguido poderá requerer a abertura da instrução, dispondo para tal o prazo de 20 dias a contar da notificação daquela, mas, deverá obedecer às exigências legais, ou, simplesmente aguardar pela remessa dos autos a juízo e posterior julgamento¹⁸. Sempre será bom de dizer, que desde que passou a correr a acusação contra determinada pessoa ou desde que alguém seja constituído arguido, até à decisão final, há prazos legais a cumprir¹⁹.

O prosseguimento e conclusão do inquérito e, se os prazos por algum motivo forem excedidos, não são impedidos, pois, mantêm-se a validade de todos os atos praticados e realizados para além dos limites. No entanto, poderá ser passível de responsabilidade disciplinar e à aceleração do processo²⁰. Bem como, o arguido, o assistente e o ofendido, poderão consultar todos os elementos do processo que se encontre em segredo de justiça²¹, exceto, se o juiz de instrução a requerimento do Ministério Público, determinar que o acesso aos autos deverá ser adiado por um período máximo de três meses, que poderá ser prorrogado, por uma só vez, por um prazo objetivamente necessário à

¹⁶ Cfr. artº. 280º, nº 3 do CPP.

¹⁷ Cfr. artº. 287º do CPP.

¹⁸ Cfr. artºs. 311º a 313º do CPP.

¹⁹ De acordo com o artº. 276º do CPP, os prazos de duração máxima do inquérito, fora suspensão, são: quando se tratar de arguidos presos ou sob obrigação de permanência na habitação: prazo normal – 6 meses; 8 meses (se se tratar de crimes previstos no nº 2 do artº. 215º); 10 meses (se o procedimento se revelar excepcional complexidade); 12 meses (se se tratar de crimes previstos no nº 3 do artº. 215º, e o procedimento se revelar de excepcional complexidade); arguidos em liberdade: prazo normal – 8 meses; 14 meses (se se tratar de crimes previstos no nº 2 do artº. 215º do CPP); 16 meses (se o procedimento de revelar de excepcional complexidade); 18 meses (no casos referidos no nº 3 do artº. 215º do CPP)

²⁰ A violação dos prazos é comunicada ao superior hierárquico imediato pelo magistrado titular do processo, com as razões do atraso e o período necessário para concluir o inquérito, podendo aquele avocar o processo e dá conhecimento ao Procurador-Geral da República, ao arguido e ao assistente da violação do prazo e do período necessário para concluir o inquérito. O Procurador-Geral da República, perante essa comunicação, pode determinar, oficiosamente ou a requerimento do arguido ou do assistente, a aceleração processual do artº. 109º do CPP.

²¹ No que deve ser considerado como um efeito indirecto da ultrapassagem dos prazos.

conclusão da investigação, quando estivermos em presença de crimes de terrorismo, crimes violentos e criminalidade altamente organizada²²

4. A acusação

Esta fase processual inicia-se com a introdução do processo em juízo, e o final da fase processual – inquérito – com o início da instrução, caso a ela haja lugar, ou, o seguimento para audiência de discussão e julgamento. A acusação é “formalmente a manifestação da pretensão de que o arguido seja submetido a julgamento pela prática de determinado crime e por ele condenado com a pena prevista na lei ...”. Constituindo assim “um pressuposto indispensável da fase do julgamento e por ela se define e fixa o objeto do julgamento²³.

É na acusação que se formula um pedido para que determinado arguido seja julgado pelos factos que contra ele impendem e que foram apurados em sede de inquérito. Nos crime públicos e semi públicos o Ministério Público tem legitimidade para acusar sem intervenção de terceiros, de forma sustentável e bastante para levar o feito a julgamento e desde que reunidos indícios suficientes e bastantes da prática do crime que tive conhecimento e os seus agentes^{24/25}.

²² Cfr. nº 6 do artº 89º do CPP.

²³ Como descreve GERMANO MARQUES DA SILVA, *Curso de Processo Penal*, III, pág. 113.

²⁴ Cfr. artº. 283º, nº 1 do CPP.

²⁵ Embora o Mº. Pº., nos crime públicos e semi-públicos, tenha legitimidade para acusar, isso não impede que o assistente ou a quem o acto se constitua como tal, o possa também fazer no prazo de 10 dias após a respectiva notificação, aderindo à acusação pública, ou deduzindo uma acusação autónoma, pelos mesmos factos, por parte deles ou por outros que não importem uma alteração substancial daqueles, devendo essa acusação oferecer um conteúdo igual ao que é exigido para a acusação do Mº. Pº. (artº. 284º, nº 3 e 283º, nº 3 do CPP). Carece de fundamento a prática do Mº. Pº. por vezes utilizada de, nos crimes semi-públicos, notificar o titular do direito de queixa para deduzir acusação, limitando-se depois a aderir a ela, prática hoje sancionada, como nulidade insanável, pelo acórdão uniformizador de jurisprudência do STJ, de 16.12.1999.

O nosso atual código, veio definir os indícios suficientes ²⁶, como sendo aqueles que se admitam com uma possibilidade razoável de ao arguido ser aplicada, em julgamento, uma pena ou uma medida de segurança ²⁷. Apesar do subjetivismo aliado a este conceito, a valoração dos indícios recolhidos, impõe uma ponderação séria, rigorosa e fria dos elementos recolhidos nos autos, e não apenas uma breve consideração isolada, em conjugação recíproca de todos eles.

Sublinhe-se, que é a própria lei que nos fala de uma razoável e não uma grande e elevada probabilidade de condenação. Nesta sede, também a acusação se encontra regulada ²⁸, devendo aquela, conter o nome do arguido, a narração factual, as circunstâncias de lugar, tempo, e modo, a motivação da prática e, o grau de participação que o arguido neles tomou parte, e tudo o que seja relevante para a determinação da pena a aplicar, a identificação do arguido neles tomou parte, e tudo o que seja relevante para a determinação da pena a aplicar, a identificação das provas.

Caso se trate de crimes particulares, o Ministério Público dá por encerrado o inquérito, notifica o assistente, para querendo, deduzir acusação particular, oferecer provas com obediência pelos requisitos de uma acusação pública ²⁹. Caso o assistente não promova a acusação, o Ministério Público decide pelo arquivamento do processo ³⁰, uma vez, que não tem ele sozinho legitimidade para prosseguir com a acusação.

No nosso caso em apreço, vamos aludir a alguns excertos da acusação, com o intuito de, a final, se enquadrar com a decisão final como forma de entender a razão da apresentação do recurso. Para não tornar o texto pesado, remetemos esses excertos para o anexo deste trabalho, devendo, no entanto, serem

²⁶ «serão os que, se confirmados em julgamento contraditório, previsível e provavelmente conduzirão à condenação»

²⁷ Cfr. artº. 283º, nº 2 do CPP.

²⁸ Cfr. artº. 283º, nº 3 do CPP.

²⁹ Cfr. artº. 285º, nº 1, 2 e 3 e artº 283º, nº 3, do CPP.

³⁰ Cfr. artº. 515º, nº 1 al. d) e 519º do CPP.

considerados parte dos mesmo, pois que só da sua leitura e análise se pode compreender o que dizemos no texto.

5. A investigação

Antes de nos debruçarmos sobre este tema, urge, falar um pouco sobre a defesa, dado que, sobre aquela é que assenta a atividade do arguido e do seu defensor na descoberta da verdade material. Pela sua importância, o acesso ao aconselhamento jurídico à assistência e à representação por advogado por parte de qualquer cidadão, está consagrado na lei fundamental ³¹. Assim, sem sombra de dúvida o patrocínio forense em processo penal é o paradigma desse direito, onde o processo criminal é o que mais necessita do “casamento” entre arguido e defensor, dadas as particularidades envolventes. Para tanto, se explica o variadíssimo conjunto de normas que sustentam legalmente o estatuto do defensor, aliado à premente comunicação com o arguido, chegando ao ponto de se considerar que as conversas tidas com o arguido são sigilosas, com ausência total de presenças estranhas, leia-se, agentes de polícia ou outros titulares de autoridade ³². Assim, o patrocínio – qualificado – no processo penal mereceu contemplação na Organização das Nações Unidas³³.

Quando o advogado assume o patrocínio judiciário, em especial, no processo penal, assume o encargo de tudo fazer pelo defendido, este, sentindo-se ou tendo consciência da sua pequenez, face à máquina judicial, órgão de

³¹ Vide artº. 20º, nº 2 da Constituição da República Portuguesa, que consagra: «*Todos têm direito nos termos da lei, à informação e consulta jurídica, ao patrocínio judiciário e a fazer-se acompanhar por advogado perante qualquer autoridade*»

³² Vide Despacho do Ministério da Administração Interna nº 10.717/2000 de 26 de Fevereiro, publicado no Diário da República, II série, de 25 de Maio.

³³ Em anexo aquele documento da O. N. U., editado pela Procuradoria Geral da República, Lisboa, 1995, foram consagrados os “Princípios Básicos Relativos à Função do Advogado, em cujo conteúdo foram consagrados diversos e exigentes deveres dos governos dos Estados Membros, no sentido de estes tomarem medidas para assegurar sempre a representação por advogado de todas as pessoas sujeitas ao processo penal.

polícia criminal, vistos, na maioria das vezes como inimigos a enfrentar. Essa assistência e acompanhamento, deve começar desde logo e “ab initio”, mesmo em sede de interrogatório. Porquanto, e não raras as vezes, os órgãos de polícia criminal “convidam” o cidadão para prestar depoimento na qualidade de testemunha, e volvido algum tempo o mesmo cidadão é constituído arguido. Quando nessa qualidade, o arguido pode remeter-se ao silêncio, ao invés, como testemunha é obrigado a depor.

Entende-se que o defensor deve empenhar-se de forma a que o arguido tenha uma presença ativa e, sempre direcionada na descoberta da verdade material, quer nas fases preliminares do processo penal, quer durante, “oferecendo e requerendo diligências que se lhe afigurem necessárias” ³⁴. Pelo que, o defensor não deve abandonar o arguido à sua sorte ou ao seu destino, devendo sim e sempre, ter uma posição ativa em todo o processo até ao trânsito em julgado. Tudo isto, porque o arguido ao colaborar com a melhor e boa descoberta da verdade, o beneficia, ou devia beneficiar, na sua credibilidade na decisão final.

Para tanto: mostra-se imperioso à defesa criminal, uma criteriosa análise dos factos, afim de procurar a recolha oficiosa de prova relativamente às circunstâncias favoráveis para o arguido, seja durante o inquérito, seja durante a instrução, no intuito de esclarecer aspetos desfavoráveis ou mesmo interpretações falsas que possam surgir. Assim, só com uma intervenção ativa nas investigações, se poderá requerer o tido por conveniente, com apelo aos órgãos de polícia criminal, no intuito da descoberta da verdade, “mister” da boa administração da justiça.

O defensor só o consegue com uma posição ativa nas investigações, significando isso, ter acesso a todos os meios de prova e como foram obtidas,

³⁴ Vide artº 61º, nº 1, al. f) do Código Processo Penal.

sendo primordial à defesa ³⁵ ³⁶. Requerendo tudo o que ache necessário, só assim, conferirá à defesa a igualdade processual. Isto é: O “ius imperii” que os tribunais e as autoridades judiciárias dispõem, os quais, o direito de serem coadjuvados por todas as outras autoridades ³⁷, a possibilidade de convocar quaisquer pessoas a prestar depoimento ³⁸, inclusive, o recurso às autoridades internacionais ³⁹. Podemos afirmar, sem medo, que o poder da averiguação / investigação é ilimitado.

Outra razão poderosa, é o decurso do tempo, pese embora o facto do arguido ter a possibilidade de apresentar requerimentos probatórios em sede de audiência de discussão e julgamento mesmo em fase de recurso ⁴⁰. É a defesa criminal, que dispõe para descodificar o sentido da acusação dos autos. Isto é: o conjunto de factos e circunstâncias apuradas na sequência de requerimentos desenvolvidos pela defesa em sede de inquérito, deverá influir na descrição dos factos e na sua seleção pelo Ministério Público na acusação ⁴¹. Ainda, cabe ao defensor, contribuir para a reavaliação da direção da defesa, em conformidade com as provas requeridas, que passarão a constar do inquérito e, do qual as autoridades judiciárias terão de se pronunciar, com a feitura dos seus relatórios, contrapondo a tese da defesa, ou não, e suas conclusões.

Com tudo o que foi dito, a intervenção da defesa nas investigações criminais poderá antever as próprias questões de facto e de direito que melhor convierem ao arguido. Acresce, quer a conduta do arguido após a prática do crime, quer o esforço para reparar as consequências do crime cometido, no

³⁵ Cfr. artº. 55º, artº. 56º e artº. 265º do Código Processo Penal.

³⁶ Cfr. artº. 55º, artº. 56º e artº 288º, nº 1 do Código Processo Penal.

³⁷ Cfr. artº 9º, nº 2 do Código Processo Penal.

³⁸ Cfr. artº 131º do Código Processo Penal.

³⁹ Cfr. arts. 229º e 233º do Código Processo Penal.

⁴⁰ Cfr. alínea c) do nº 3 do artº. 412º do Código Processo Penal, o artº. 4º do Código Processo Penal conjugado com o artº. 706º do Código Processo Civil e o artº. 380-A do Código Processo Penal, para o caso do julgamento de arguido ausente.

⁴¹ Cfr. artº. 283º do Código Processo Penal.

decorso do tempo, poderão constituir uma atenuante da responsabilidade criminal do agente.

Chegados aqui, e como já atrás afirmámos, a defesa deverá intervir ativamente em todas as fases processuais penais. Contudo, a sua interferência nas investigações não se esgota na sua capacidade de colaboração na descoberta da verdade, dado que esta, não se equipara às investigações oficiosas, nem à investigação do crime por si só. Os meios de prova, mesmo que indiciários, são o substrato e mesmo a razão da existência do processo penal. Esta verdade inquestionável, que o processo só pode prosseguir quando há indícios suficientes do crime e a sua imputação ao arguido ⁴². Por isso, a presunção na inocência tendo como corolário “in dubio pro reo”, que impõe a absolvição do arguido em caso de dúvida e se a prova não conseguir ou se mostrar suficiente em sede de audiência de discussão e julgamento. Devemos entender, senão afirmar, que uma boa investigação criminal, é o elemento chave do processo penal, bem como a perseguição dos agentes do crime. Embora com capacidades limitadas, a investigação criminal, correspondem importantes condicionamentos em todo o processo, constituindo o insucesso da investigação, a suscetibilidade de conduzir ao insanável e consequente insucesso da justiça penal. Assim, ao reconhecermos que todo o processo penal está condicionado à investigação criminal, consideramos esta última, porquanto, o que interessa ao arguido investigar e apurar, pode não coincidir – maioria das vezes não coincide – com o interesse das entidades que promovem as investigações oficiosas.

Devemos ter presente, que a intervenção ativa do arguido e do seu defensor na investigação do crime e na descoberta da verdade, pode ter três vertentes: Uma primeira, com uma intervenção indireta nas investigações judiciais, com uma intervenção formal nas mesmas, quer em sede de

⁴² Cfr. arts. 277º e 283º do Código Processo Penal.

inquérito, quer em sede de instrução; A segunda, fazendo uma avaliação das próprias investigações judiciais, no que respeita à sua qualidade e às suas conclusões judiciais, nos resultados das diligências de prova e do uso adequado e dos meios como foram obtidas. Por último, uma terceira, a investigação direta por conta própria a fazer conjuntamente com as investigações judiciais.

Assim, podemos afirmar, que o comum do cidadão pode livremente investigar qualquer facto, tendo como limite o uso e cumprimento da legalidade, limitados à atuação do arguido, que a par, com qualquer cidadão lhes são impostas quando pretendem averiguar em seu nome e por conta própria. Porquanto, é ilícito entrar em lugares privados, bem como ofender a privacidade de terceiros ou apoderar-se de documentos ou objetos em posse de terceiros. Por último, e talvez a maior dificuldade sentida na investigação particular, é o segredo de justiça que impede sobre o próprio inquérito, assim, fica muito limitada a obtenção de provas por banda de qualquer cidadão, nomeadamente o arguido pois a ele lhes interessa. Contudo, o tribunal de julgamento, que é o que está menos condicionado pelo princípio do acusatório nas fases preliminares do processo, entende-se que os resultados e as conclusões a retirar da investigação criminal pela defesa, deverá ser orientado preferencialmente para a audiência de discussão e julgamento, pois é nessa sede, que se pretende demonstrar por meio da prova as teses da defesa.

Como já atrás afirmámos, o nosso ordenamento jurídico, não limita a investigação por conta própria ou mesmo por terceiros, atento às liberdades e garantias constitucionalmente consagradas, primordialmente, o direito à liberdade individual, bem como, o direito de se informar e ser informado de forma livre sem qualquer impedimento ⁴³, o direito à livre circulação ⁴⁴ entre

⁴³ Cfr. artº. 27º da Constituição da república Portuguesa.

⁴⁴ Cfr. artº. 37º, nº 1 da Constituição da República Portuguesa.

outros. Assim, os factos geradores de responsabilidade criminal, não fogem àqueles princípios, muito embora possam envolver um risco específico, consubstanciados na ideia ou na possibilidade de serem interpretados, como uma forma de encobrimento de uma atividade criminosa ou mesmo a eliminação ou subversão das provas criminais, assim, tudo fazendo como o fim de obstrução da realização da justiça penal. Porém, a faculdade de investigar com o fim de apurar a veracidade dos factos e, que possam servir à defesa, tem consagração na lei fundamental ⁴⁵.

Contudo, é no âmbito das medidas cautelares e de polícia consagradas no processo penal ⁴⁶, que se encontram as grandes limitações legalmente previstas à recolha dos meios probatórios por banda do arguido. Nomeadamente, com a previsão de que pertence aos órgãos de polícia criminal a competência para praticar atos cautelares necessários e urgentes em vista de assegurar todos os meios de prova. Aqui, o fim em vista, é evitar a obstrução à realização da justiça, por isso, lhes pertence, conforme o caso, o poder de definirem quais os meios de prova que deverão ser vedados ao arguido, bem como ao seu defensor, sem esquecer, as medidas de coação aplicadas ao arguido, maioria das vezes, com o impedimento de contactarem certas e determinadas pessoas, bem como, a proibição de frequentarem certos lugares ou certos meios ⁴⁷. Em suma, toda a investigação, tem um fim único, que é, a explicação do crime, as hipóteses, raciocínios e natureza das coisas de acordo com a experiência comum. Enquanto a defesa terá interesse em esclarecer o tribunal apresentando também a sua explicação da ocorrência do crime, apresentando a conexão entre os factos que vier a alegar e os factos constantes do processo, num encadeamento lógico das suas proposições. E quanto mais pormenorizados e interligados forem, melhor aproveitarão ao esclarecimento

⁴⁵ Cfr. artº. 32º, nº 1 da Constituição da república Portuguesa.

⁴⁶ Cfr. arts. 248º e seguintes do Código Processo Penal.

⁴⁷ Cfr. artº. 200º do Código Processo Penal.

das dúvidas surgidas em sede de julgamento. Para tanto, o controlo da legalidade e da qualidade da investigação judiciária, deve ser apertado.

No que concerne ao controlo da legalidade, esta, porque está obrigada à observância quanto aos meios de recolha, se foram contrárias à lei, poderão ser invalidados e não serem levados em linha de conta no processo, podendo vira desacreditar o resultado de toda a investigação levado a efeito para aquele determinado tipo de crime, e, prejudicar a sua validade probatória de outros elementos interligados ⁴⁸, e criar uma ausência de prova quanto aos factos a que se destinavam, em sede de audiência de discussão e julgamento, uma vez que, só neste lugar se pode constatar tal ilegalidade. Já o que concerne à controlo da qualidade das investigações judiciárias implica, por banda da defesa, um exame minucioso a todos os apensos do processo penal, afim de confrontar os dados neles constantes com os dados que dispõe, no intuito de fazer possíveis diligências de investigação favoráveis ao arguido, localizar os meios de prova que possam merecer reparo, localizar e identificar possíveis contradições nos depoimentos, testemunhos e documentos, com especial ênfase aos depoimentos de outros arguidos, verificar a fiabilidade das conclusões dos agentes de investigação junto aos autos e por último, analisar em concreto se as investigações existente no processo pautaram pelo cumprimento da legalidade bem como a sua formalidade. Não são raras a vezes, que as testemunhas de acusação são os próprios agentes policiais que participaram nas investigações, por isso, entende-se que estas terão uma predisposição normal em sustentar as suas conclusões, que poderão conter apenas ilações, suposições, considerações e convicções pessoais ⁴⁹, e outras vezes, carregam para os autos depoimentos dos arguidos de forma genérica, não circunstanciados e indiretos ⁵⁰, que o próprio

⁴⁸ Cfr. artº. 122º, nº 1 do Código Processo Penal, que dispõe: «*As nulidades tornam inválido o acto em que se verificam, bem como os que dele dependem e aqueles puderem afectar*»

⁴⁹ Cfr. artº. 130º do Código Processo Penal.

⁵⁰ Cfr. artº. 129º do Código Processo Penal, sobre a validade do depoimento indirecto.

arguido assina “de cruz”, face ao temor sentido face aos agentes policiais que estão na sua frente. Mais uma vez, o controle da qualidade das investigações judiciais, impede pela intervenção ativa do arguido e do seu defensor, na investigação do crime e na descoberta da verdade.

Apelando ao caso “sub judice”, parece-nos que a investigação judicial padeceu de algumas enfermidades, no que tange à descoberta da verdade. Nomeadamente, não conseguiram os investigadores obter quaisquer informações sobre o local onde foram clonados os aludidos cheques, apenas, fizeram constar uma informação genérica sobre a localidade – para os lados de Santarém - onde teriam sido contrafeitos, nada mais apurando, ou, no mínimo, nada consta nos autos. Também e já depois da acusação, os órgãos de polícia criminal, não conseguiram obter o depoimento do arguido mentor e cérebro – presumimos – do crime de burla cujo alvo era o “Metro”. Ficou por explicar pelos próprias testemunhas de acusação, porque não deixaram consumir o crime de burla, consubstanciado no ato do depósito feito pelo arguido a quem estava cometida tal função, mesmo estando alerta e dentro da dependência bancária para o efeito. Pelo contrário, essas duas testemunhas que detiveram o aludido arguido, não conseguiram concretizar de forma objetiva e coerente qual ou onde o arguido trazia os cheques. Apenas concretizando de forma genérica, incoerente e despropositada, assente no facto dos próprios agentes policiais terem detido o arguido antes de aquele se aproximar da “boca” da caixa para posterior depósito. Por isso, não se consegue explicar de forma coerente e racional porque os agentes policiais impediram o arguido de proceder à feitura do depósito, assim consumando o crime de burla.

Acresce que, ao proceder de forma contrária, com o depósito dos cheques, não seria difícil seguir o rasto do dinheiro e apurar de forma definitiva a quem se destinava o dinheiro. Porque, aqui também ficou por explicar ou no mínimo ficaram dúvidas, a quem se destinava os restantes € 9.000.000,00,

partindo da premissa e fazer fé dos depoimentos dos arguidos que desde logo se disponibilizaram em auxiliar a justiça na descoberta da verdade material, onde apenas um € 1.000.000,00 seriam a repartir pelos três “peões de brega”. Também não se encontra uma explicação credível, para o facto do funcionário do Banco Comercial Português – gestor de conta – responsável pela conta do Metro, não foi averiguado e investigado, apenas referindo um dos agentes da polícia que: *«pensámos que o António Parente era familiar dos dois arguidos de ...»*.

Por esta investigação defeituosa, da qual nos fomos apercebendo ao longo das várias sessões de audiência de discussão e julgamento, resultou na condenação apenas e tão só de 4 arguidos, dois destes considerados ao que é uso e costume apelidar de “peões de brega” e outro considerado o “testa de ferro”, ficando isentados de sanção penal, quiçá, os principais mentores conhecidos, de toda a atividade criminosa, porque, suspeita-se que haveria outros.

6. O julgamento

A audiência de discussão e julgamento, entendida como fase processual, que deve ser privilegiada. Por isso e, como o já dissemos atrás, deve ser especialmente preparada levando em linha conta, que é nesta, que se poderá contradizer a versão acusatória e em última instância provar a inocência do arguido.

O arguido parte para julgamento gozando a presunção de inocência, legalmente consagrada na nossa lei fundamental, sendo nesta fase, que o arguido dispõe de total e integral conhecimento de todo o processo, não estando aquele obrigado a provar o contrário dos factos que lhe são imputados, enquanto não forem demonstrados as imputações de que é alvo. É somente nesta sede, que se exige dos respetivos meios de prova a força probatória e já

não uma força meramente indiciária. Aqui e neste momento, a defesa poderá ter uma reserva de factos, circunstâncias e elementos de prova, que possam: Ter influência no objeto do processo ⁵¹ afim de centrar a discussão da causa nos seus próprios moldes, também, gerar dúvidas sobre certos e determinados factos geradores de responsabilidade criminal, explorando teses sobre a matéria de facto que necessitariam de demoradas investigações por parte das autoridades judiciais para serem contraditadas cabalmente e, apresentar fundamentos objetivos para descredibilizar as investigações até feitas bem como os meios de prova carreados para os autos. Por isso, afirmar-se que a fase de julgamento deve ser privilegiada, dado que se destina sobretudo à demonstração, através dos meios de prova, as teses da defesa.

Nesta fase, o processo já é do conhecimento do julgador e passa pela reconstituição dos factos assente em elementos parcialmente objetivos, que sob uma atividade interpretativa, o tribunal – julgador – recorre à análise dos conteúdos dos depoimentos, descodificando mensagens, projetando sentido e significado, não só ao que explicita o depoimento, como também o que lhe está implícito. A mente do julgador é maioria das vezes, assaltada pela dúvida, esta, com interferências da sua consciência e responsabilidade, o que o obriga a questionar sobre a credibilidade e verosimilhança dos depoimentos – narrativas – tentando aquilatar com certeza, se estamos em presença da verdade.

Perante esta complexidade e emaranhado de incertezas, o tribunal espera dos órgãos de polícia criminal, que sejam verdadeiros especialistas, tudo fazendo, declarando, auxiliando, explicando, tudo em estreita cooperação com o tribunal. Por isso, o tribunal espera destas testemunhas, que podemos de apelidar qualificadas, apesar de estarem mais condicionadas face às demais.

⁵¹ Só na Audiência de Discussão e Julgamento se fixa o objecto do processo, nos termos e para efeitos do artº. 339º, nº 4 do Código Processo Penal, que plasma: «... a discussão da causa tem por objecto os factos alegados pela acusação pela defesa e os que resultarem da prova produzida em audiência, bem como todas as soluções jurídicas pertinentes, independentemente da qualificação jurídica dos factos resultantes da acusação ou da pronúncia ...»

Quer dizer, que o testemunho destas pessoas, estão mais condicionadas, principalmente, face às interpelações dos defensores quando lhe é dada a instância, que, diga-se em abono da verdade e a maioria das vezes, colocam questões inusitadas, exclusivamente para criar temos e destabilizar a testemunha, obtendo também na maioria das vezes, respostas agressivas, desproporcionadas, ou, também o silêncio. Porém o processo penal é uma reconstrução de factos à procura do nexos causal, onde, as perguntas não são mais, do que, instrumentos atinentes à descoberta da verdade.

Em julgamento, a matéria que a testemunha – órgãos de polícia criminal – possam achar relevantes, se não lhe for perguntado, não será revelada, a não ser, que aguarde melhor oportunidade. Por isso, em regra, o Ministério Público inicia a sua inquirição por *“diga lá o que sabe sobre o processo, ou, então o que tem a dizer sobre os factos que estamos a discutir”*, questões, que têm como fim abrir as portas ou dar uma oportunidade para a testemunha expor a matéria, para ela, considerada relevante. Para além destes aspetos, há a considerar o controlo emocional, a técnica da âncora, a retórica, havendo outras. Nomeadamente: Aspetos não verbais, tais como o olhar. Este, é um poderoso recurso de envolvimento interpessoal – o olhar revela o estado da alma – capaz de persuadir, intimidar, aproximar, convencer, afastar, etc.. A testemunha ao olhar para o coletivo de juízes pode facilitar o seu depoimento. Assim como, desviar os olhos do advogado pode manifestar arrogância ou receio. Olhar para o chão, pode indiciar inferioridade ou timidez. O olhar para cima ou para o teto, pode explicar a tentativa de encadear as ideias, a busca de uma palavra certa, ou um apelo à memória. Quando a palavra emudece, é o olhar que exprime o que vai na alma é a sua força.

Atrás falámos em silêncio. Diz o povo que: *“o silêncio fala”*. Por isso, podemos afirmar, que o silêncio tanto pode ser, para uns convincente, para outros conveniente. Contudo, em tribunal o silêncio tem sempre uma

explicação, porque pode conter segredos, *ex.vi* o direito do arguido se remeter ao silêncio. Porém, o silêncio de uma testemunha nunca passa sem uma advertência, interpelação, ou esclarecimento, podendo fazer do seu silêncio a sua voz, cabendo ao juiz, perdido noutros pensamentos e não seguir os trabalhos como se lhe impunha, questionar a testemunha à procura da explicação para o seu silêncio. O silêncio numa audiência de discussão e julgamento tem peso. A narrativa em tribunal é feita de silêncios que alimentam as palavras e lhes concedem a ilusão de eternidade.

Quando está em causa a questão da apreciação da prova, não pode deixar de se dar a devida relevância à percepção que a oralidade e a mediação conferem ao julgador ⁵². Assim a livre convicção do tribunal – julgador – forma-se, com os dados objetivos fornecidos pela prova documental existente e outras, constituídas, pela análise em conjunto dos depoimentos das testemunhas e declarações dos arguidos, em função da razão de ciência, das certezas das lacunas, das contradições, hesitações, inflexões de voz, isenção do comportamento, serenidade, olhares de súplica, silêncio, coerência de raciocínio e de atitude, seriedade e sentido de responsabilidade das testemunhas, coincidências, inverosimilhanças, que transparecem em audiência de discussão e julgamento. É ao fim ao cabo e ao resto, um cenário de dúvida interpretativa, onde, em particular, a testemunha polícia, dela se espera um fator de competência. Assim, a comunicação não se estabelece apenas por palavras, mas estas, devem ser apreciadas num contexto de transmissão de mensagens, em que o tom de voz e mesmo a postura corporal representam em grande percentagem desse poder. A título de exemplo, até o vestuário que a testemunha se apresenta é importante, sob pena, do próprio tribunal fazer um alerta – botão desabotoado, traçar as pernas – dando-se especial relevo ao “traje correto”.

⁵² Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 21.05.1997, rec. do P 773/96.

Testemunhar, é um (sub) papel mais exigente aos órgão de polícia que induz uma performance com alguma complexidade e especificidade. Entendendo-se o comportamento com um acervo de informação não-verbal, imprescindível para quem está a julgar, porque incide na valoração da prova a produzir e interpretada, segundo as regras de experiência comum e lógica do homem médio – *bónus pater familiae* – suposto pela ordem jurídica.

Para alguns inspetores de polícia, entende-se que testemunhar em tribunal é acrescida de alguma ansiedade resultante do contraditório, muitas vezes de carácter violento por banda da defesa. Contudo, espera-se desta testemunha, que atrás apelidámos de “qualificada”, que não se deixe dominar pela irritabilidade ou agressividade quando confrontada pelo contraditório. O tribunal é um local de respeito hierarquizado, solene e austero, onde a testemunha pode estar na base dessa escala, contudo, deverá merecer todo o respeito e ser tratada com urbanidade. É uma exigência. O princípio do contraditório, estabelece um conflito que origina e leva à dúvida interpretativa e no âmbito do depoimento para a persuasão não basta a palavra, embora importante, o gesto adequado, o entusiasmo podem impressionar, mesmo que o conteúdo não seja excelente. Tudo isto, se chama: A ARTE DE TESTEMUNHAR.

Não poderia passar em branco, uma breve reflexão sobre um tema que se torna muito “caro” no campo e âmbito dos profissionais da justiça. Assunto, esse, que versa sobre a tão controversa problemática “Declarações do Arguido”. Tomando como base o nosso caso concreto, o arguido Joaquim Pavoeiro, por nós representado e patrocinado “ab initio”, em sede de interrogatório judicial de arguido detido, prestou declarações por sua livre e espontânea vontade.

Contudo em sede de audiência de discussão e julgamento, foi confrontado pelo juiz presidente, acerca da veracidade ou não das suas

declarações, decidindo aquele, depois de cumpridos os requisitos legais para o efeito, proceder à leitura das declarações proferidas anteriormente naquela sede. Porém, sem que alguém o fizesse esperar ou prever, o juiz presidente afirmou: “afinal não divergências dignas de apontar ou passíveis de crítica”. Quer dizer, que a versão – declarações – daquele arguido obtidas no primeiro interrogatório, e as proferias em audiência de discussão e julgamento, eram, por assim dizer, coerentes e estava aquele a contribuir e cooperar com o tribunal para a descoberta da verdade material. Mas, não foi esse o entendimento final dos julgadores e, dada a desconformidade e por não se concordar, foi objeto de recurso.

No nosso processo penal e como já atrás aludimos, vigora o princípio do acusatório, mitigado pelo princípio da investigação e descoberta da verdade material. Ao contrário do princípio do inquisitório em que a confissão era o topo a obter, independentemente da forma como era obtida, mesmo que, com total violação aos mais elementares direitos do arguido. Por isso, hoje o nosso legislador de processo penal, estabeleceu um conjunto de normas que acautelam a confissão livre e espontânea ⁵³. A ração desta norma, tem em vista acautelar a liberdade e vontade do arguido de prestar declarações, só assim se respeitando o verdadeiro processo acusatório. Porém, sem mais, interessa tecermos alguns comentários sobre a valoração das declarações do arguido, prestadas antes da audiência de discussão e julgamento. Esta questão prende-se à incompreensão gerada na comunidade, que não entende, porque é que o arguido confessa o seu crime perante o tribunal seja absolvido e, por ausência de prova, se remete ao silêncio em julgamento, ou tão pouco falta é feita na sua ausência. Tudo isto, tem sido levado ao conhecimento público através dos órgãos de comunicação social, gerando incompreensão, desconfiança e algum descrédito do sistema judicial.

⁵³ Cfr. artº. 344º do Código Processo Penal.

Se por um lado o Estado deve perseguir e punir todo o tipo de criminalidade, por outro existe a necessidade de acautelar a dignidade garantindo a defesa do arguido.

O processo penal no nosso ordenamento jurídico-penal, permite que se aproveite a prova obtida durante o inquérito ou instrução em audiência de julgamento. Mas, este princípio de imediação é apenas tendencial e não absoluto, embora só se aproveite a prova feita em sede de audiência de discussão e julgamento ⁵⁴, este sujeito ao contraditório ⁵⁵ com algumas exceções.

Estas, consubstanciadas num conjunto de prova pré-constituída aquando o início da audiência em que é apenas permitido fazer um exame, e já não pela imediação. Embora casos há, em que nem sequer se exige o exame em julgamento, como sucede nos casos de existência de documentos nos autos, cuja consulta permite o exercício do contraditório, sem violar os direitos do arguido ⁵⁶. Existem igualmente um conjunto de declarações que, embora não produzidas em audiência de julgamento, podem ser valoradas, embora produzidas anteriormente ⁵⁷ e outras ⁵⁸.

Podemos então concluir, que a transmissão da prova não é inovadora e que o princípio da imediação não é absoluta, assim se abrindo caminho, a que se equacione novas transmissões de prova, depois de ponderados os valores em jogo, respeitando-se a defesa do arguido. Por isso, as linhas da reforma do processo penal português, vão no sentido de valorar em audiência as declarações anteriores do arguido, mesmo que se remeta ao silêncio ou ainda

⁵⁴ Cfr. artº. 355º, nº 1 do Código Processo Penal.

⁵⁵ Cfr. artº. 327º, nº 2 do Código Processo Penal.

⁵⁶ Existindo jurisprudência que estende esta interpretação a todas as situações do artigo 356º do Código Processo Penal, considerando que é permitida a leitura em audiência, mas não é necessário que assim suceda para ser valorada, já que consta dos autos e portanto está assegurado o contraditório, nomeadamente se indica na acusação.

⁵⁷ Cfr. arts. 356º e 357º do Código Processo Penal.

⁵⁸ Cfr. arts. 271º e 294º do Código Processo Penal.

que seja julgado na sua ausência, desde que, sejam prestadas perante um juiz e na presença do seu defensor e seja alertado ou previamente advertido, de que as suas declarações poderão incriminá-lo em sede de julgamento e desde que, as suas declarações sejam gravadas ou filmadas. O juiz como figura imparcial, em princípio, é o garante das liberdades e garantias do arguido. Partindo do suposto que as declarações do arguido produzidas em qualquer fase do processo, o foram perante juiz, e, que foram feitas com total e absoluta liberdade por parte do arguido. Como tal, é legítimo a sua leitura em audiência de discussão e julgamento, por entender o julgador, que existem contradições entre o que aquele disse e o que está a dizer julgamento.

Por isso, no caso “sub-judice” continua-se a não se entender a posição da juiz presidente face ao arguido por nós patrocinado.

7. A decisão final

A decisão final – sentença ou acórdão – é o culminar do processo penal na primeira instância. A sentença tem duas particularidades: a primeira que assenta na culpabilidade ou não do agente e, que tem de ser tomada naquele momento; a segunda, é a questão da sanção que tem de ser objeto de decisão noutro momento. Pelo que, estas duas questões, culpa e sanção, deverão ser decididas distintamente e em separado.

No caso “sub judice”, estamos perante um tribunal coletivo, que perante tudo o que foi ouvido, toda a prova – documental, testemunhal, pericial – que foi produzida em audiência de discussão e julgamento, aquilatar se há ou não culpa.

Seguidamente, o tribunal verifica se estão presentes os elementos constitutivos do crime, se efetivamente o arguido o praticou, ou, em que

medida participou naquela atividade criminosa, analisa a culpabilidade que lhe é imputável, se existe ou não algum fator que seja permitido verificar a sua exclusão de culpa ou ilicitude, e, outros pressupostos que legalmente faça depender a punibilidade do arguido ou arguidos. Tomada assente a culpa do arguido, passamos à fase seguinte, que é a escolha da sanção, atento à moldura penal que nos é dada pelo tipo do crime.

Chegados aqui, não será despropositado uma pequena reflexão sobre a teoria dos fins das penas. O Direito Penal pode encontrar legitimação a partir de duas ideias fundamentais: a teoria do bem jurídico; a teoria dos fins das penas.

No âmbito dos fins das penas, pode-se distinguir, fins de duas naturezas: fins mediatos e fins imediatos. Como fins mediatos das penas tem-se os fins do Estado; como fins imediatos das penas tem-se a ideia de retribuição e de prevenção. O Direito Penal é um ramo de direito produzido pelo Estado e como tal, deve em última análise prosseguir fins imanentes a esse mesmo Estado.

A finalidade das penas pode ser vista não numa ótica mediata de finalidades a prosseguir pelo próprio Estado, mas numa ótica formal e abstrata. Três finalidades podem ser prosseguidas com os fins imediatos das penas: a ideia da retribuição, a ideia de prevenção, que, por sua vez, poderá ser geral ou especial.

As penas servem para retribuir o mal a quem praticou o mal, esta é a teoria retributiva das penas. Ou seja: tem uma finalidade retributiva. Ou então poder-se-á dizer que as penas servem para fazer com que as pessoas em geral não cometam crimes, uma finalidade de prevenção geral. Ou afirmar que as penas servem para que a pessoa que é condenada a uma pena e que a tenha de cumprir não volte ela própria a cometer crimes, tem-se aqui uma finalidade de prevenção especial. A estas ideias subjacentes aos fins das penas, há que distinguir entre: a teoria absoluta das penas e a teoria relativa das penas.

A teoria absoluta – teoria da retribuição ou retributiva – apresenta a ideia de que as penas são um mal que se impõe a alguém, por esse alguém ter

praticado um crime. Significa a imposição de um mal a quem praticou um mal, uma ideia de castigo. Escolhe-se uma pena que corresponde a determinado facto, deve ter correspondência com a proporcionalidade na responsabilidade do agente. É uma teoria inadequada para fundamentar a atuação do Direito Penal, embora este tenha um fim de retribuição, não pode ter a teoria da retribuição como fim em si mesmo.

No que concerne às teorias relativas, temos a teoria da prevenção, que poderá ser geral ou especial. Numa ótica de prevenção geral, pode-se dizer que as penas pretendem evitar que as pessoas em geral cometam crimes. Numa ótica da prevenção especial pode-se verificar que o direito penal, ao submeter um indivíduo a uma sanção por um crime que ele cometeu, pretende evitar que esse indivíduo volte a cometer crimes. Fá-lo por duas vias: Ou porque esse indivíduo é segregado, isto é, enquanto está a cumprir pena tem a impossibilidade de reincidir; Ou então, já não assente na ideia de segregação, mas numa ideia de regeneração, de recuperação ou de ressocialização, através de um tratamento que lhe será submetido no âmbito do cumprimento da pena. O Direito Penal é chamado a retribuir um crime, mas é concebido com uma ideia de prevenir (teoria da prevenção geral).

O objetivo da pena é essencialmente o objetivo de exercer uma influência na comunidade geral – ameaçar se cometer um crime, pois ao cometer fica submetido a uma determinada pena – prevenir a prática de crimes.

Feüerbach, cria a “teoria psicológica da coação”, as infrações que as pessoas cometem têm, um impulso psicológico, a função da pena é combater esse impulso de cometer crimes. Intimida-se as pessoas, com esta coação para que os cidadãos em geral não cometam crimes. Esta prevenção geral divide-se, em: prevenção geral positiva, revelar à comunidade o que acontece se praticar um crime; prevenção geral negativa revelar a intimidação.

Aparece a teoria da prevenção especial, tem também a ideia de prevenção, mas a prevenção já não é a comunidade em geral, mas sim a

prevenção do indivíduo, ou seja, que o agente não volte a cometer um crime. Pretende evitar a reincidência. Os principais defensores da teoria da prevenção especial asseguram-na de três formas quando se aplica uma pena a um indivíduo: salvaguardar a comunidade do delinquente; intimidar o autor – aquele que praticou o facto – com a pena; evitar a reincidência, ou seja, a pena serve para corrigir o delinquente.

É a teoria que mais se opõe à ideia da retribuição (retribuir um mal a quem praticou um mal). O Direito Penal é cada vez mais dirigido à pessoa do criminoso, criando condições para o sociabilizar. É alvo de críticas.

Tal como a prevenção geral (dirigida às pessoas e não ao indivíduo), não nos fornece um critério de quanto e a duração das penas. Os sistemas (teorias) desenvolvidos por si só são falíveis, começando a se desenvolver teorias mistas.

Klaus Roxin desenvolve esta teoria mista, dizendo que cada uma das teorias per si, de importância isolada são insuficientes para justificar os fins das penas. Engloba três fases:

- Fase da ameaça penal: a formulação de um preceito legal, abstratamente definido na lei, em que existe a tipificação do comportamento como criminoso e os estabelecimentos da sanção correspondente; os fins das penas seriam predominantemente de natureza, de prevenção geral;
- Fase da condenação: a fase em que o indivíduo que cometeu um crime vai ser julgado e em que o juiz lhe comunica a pena aplicável, momento da retribuição;
- Fase da execução da pena: a fase em que a finalidade da pena estaria aqui numa ótica de prevenção especial, de recuperação ou ressocialização do delinquente.

Outras teorias existem. Nomeadamente: as teorias unificadoras retributivas, viam no Direito Penal o fim retributivo – fim essencial –, mas partindo das insuficiências da retribuição iam apontar ao Direito Penal a

finalidade de prevenção. As teorias unificadoras preventivas têm dois objetivos: aproveitar o que têm de positivo a prevenção especial e geral; criar o que falta nelas, a prevenção. Os fins das penas são essencialmente e exclusivamente preventivos, com renúncia à ideia de retribuição. O princípio da culpabilidade para a limitação da pena vai-se ter em conta a culpa do agente, que limita a intervenção penal. Apenas não pode ultrapassar a medida de culpa. Ao grau de culpa vai-se encontrar a medida da pena.

O Código Penal assume princípios de prevenção especial e um misto de prevenção geral – teorias unificadoras preventivas. Sistema exclusivamente preventivo em que se procura fazer uma coexistência dos princípios de prevenção especial e geral. Função da tutela necessária dos bens jurídicos – objetivos de ressocialização do agente encontrando o limite da pena, a culpa.

A pena, sendo a sanção característica do Direito Penal determinadas pela lei geral ou especial, quando se aplica uma pena a um indivíduo ou àquele que praticou o facto criminoso, servindo a pena para corrigir o delinquente, com a intervenção penal limitada no que tange à medida e graduação da pena a aplicar.

Seguidamente, vem a parte mais importante, que é a fundamentação. É importante, porque uma sentença com ausência de fundamentação é facilmente impugnável.

Voltando ao caso “sub judice”, por douto Acórdão proferido pelo Tribunal Coletivo da Comarca de Alcobaça, 1º Juízo, foi o arguido – J. P. – condenado, pela prática, em coautoria e em concurso real: Um crime de falsificação de documentos, previsto e punível pelo artigo 256º, nº 1, a) e c), com referência ao artigo 255º, a), ambos do Código Penal, na pena de dois (2) anos de prisão; Um crime de falsificação de documento, previsto e punível pelo artigo 256º, nº 1, a) e c), com referência ao artigo 255º, a), ambos do Código Penal, na pena de dez (10) meses de prisão; Um crime de burla qualificada, na forma tentada, previsto e punível pelas disposições conjugadas dos artigos

22º, 23º, 73º, 217º, nº 1, 218º, nº 2, por referência ao artigo 202º, b), todos do Código Penal, na pena de dois (2) anos de prisão; efetuando o cúmulo jurídico destas penas, nos termos do disposto no artigo 77º do Código Penal, condena-se o arguido J. P., na pena única de três (3) anos de prisão; Ao abrigo do disposto nos artigos 50º e 51º do Código Penal, suspende-se a execução da pena prisão fixada ao arguido J. P., pelo período de cinco (5) anos, sujeitando-se às seguintes condições: Acompanhamento a realizar pelo RRS, que elaborará relatórios semestrais, a enviar aos autos; entrega, no prazo de sessenta dias, de 500,00 ao CEERIA de Alcobaça, comprovando nos autos essa entrega.

Refira-se que os presumíveis mentores do crime de burla foram absolvidos.

8. O recurso

O recurso é uma forma de impugnação judicial, das decisões que o admitem⁵⁹. No nosso processo penal, vigora o princípio do duplo grau de jurisdição⁶⁰. Por se entender, que existiam grandes divergências entre aprova produzida e a decisão final, apresentámos as motivações do recurso, com recurso à transcrição de todos os depoimentos (cassetes) à altura existentes, fundamentando com matéria de direito a não aludido acórdão proferido pelo tribunal de Alcobaça, iniciando-se por afirmar existirem conclusões contraditórias, no que concerne à matéria dada como provada e não provada, face aos depoimentos das testemunhas de acusação – cfr. anexo.

Quanto à coautoria nos crimes de que o arguido J. P. foi acusado, considerou o Tribunal “a quo” que estavam preenchidos todos os pressupostos da figura jurídica da participação em coautoria. Entendemos não ser suficiente

⁵⁹ Cfr. artº. 399º e artº 400º do Código Processo Penal, este, elenca o conjunto de circunstâncias que admitem recurso.

⁶⁰ Cfr. artº. 32º da Constituição da República Portuguesa.

afirmar tal desiderato, sem mais, ainda que alguma doutrina tenha sido invocada. Seriam necessários ainda que se integrem os factos concretos, que ocorreram, “in casu”, nos referidos pressupostos para daí se concluir, ou não, pela coautoria material nos crimes. Em abono da verdade, causou algum constrangimento e perplexidade o teor do Acórdão neste particular, quando manifesta e notoriamente, por um lado, nessa tarefa de subsunção, a escolha ter recaído apenas sobre alguns factos que, de alguma forma, e ainda que remotamente, apontam no sentido da acusação. Por outro lado, todos os outros factos, e são muitos, que apontavam em sentido contrário e, por isso, no sentido da defesa do arguido, não foram considerados e valorados como é exigível legalmente. Pois, só assim ficariam assegurados os princípios da legalidade, do contraditório e da plenitude da defesa do arguido.

Já no que tange ao crime de falsificação diz respeito, a ter-se mesmo consumado integralmente, e neste particular também a perícia técnica do Laboratório de Polícia Científica, não é de todo conclusiva, ao ponto de terem sido pedidos esclarecimentos, através de diversos requerimentos aos autos, tendo a pretensão da defesa dos arguidos sido indeferida, sem que houvesse motivo objetivamente fundamentado para tal indeferimento. Assim, igualmente com recurso à prova –documental e testemunhal – produzida em sede de audiência e julgamento indagou-se se aquele tipo legal de crime, foi ou não cometido, ainda que em coautoria, pelo “nosso” arguido. A resposta, no nosso modesto entendimento e, salvo melhor opinião, entendemos ser definitivamente negativa, atento aos pressupostos daquela figura jurídica. O mesmo serviu base, “mutatis mutandi” relativamente ao pretenso crime de burla sob a forma tentada e porque foi condenado. Em primeira instância, questionou-se se o arguido a quem os temos vindo a referir, tomou parte ativa ou passiva nos atos consubstanciadores do crime de falsificação? Ora, face ao interrogatório do arguido, confirmado pelos depoimentos das testemunhas da acusação, não existiam quaisquer conhecimentos ou ligações pessoais com os

restantes arguidos, à exceção do arguido J. F.. Partindo de um raciocínio lógico, como poderia tal arguido aderir a um plano criminoso, que ele desconhecia de todo em todo. Quando, apenas lhe foi solicitado, pelo seu primo J. F., se aquele se não importava de fazer passar por uma sua conta uns dinheiros, dado o facto, daquele estar a passar grandes e graves dificuldades financeiras, e ter processos de falência das suas empresas, por isso, não podia proceder a depósitos de quaisquer importâncias nas suas contas bancárias – cfr. anexo. Sublinhe-se que corria termos no mesmo tribunal e no mesmo juízo um processo de insolvência das sociedades do aludido J. F., e disso se deu conta em sede própria.

No que concerne aos crimes de falsificação, não se logrou apurar, quem foram os autores da mesma e, em que circunstâncias o mesmo foi cometido, atento ao depoimento do agente da Polícia Judiciária – cfr. anexo. Dos restantes depoimentos dos inspetores da Polícia Judiciária, nada se pode concluir ou provar quanto aos crimes de falsificação de documentos. Bastando aquilatar os depoimentos dos inspetores da P. J. juntos em anexo. Por isso, chegou-se à conclusão, que o tribunal não teria aplicado a tão costumada justiça ao arguido J. P.. Porquanto, não se logrou fazer prova suficiente e cabal em sede de julgamento e atento à sua situação de “indigente”, com os seus humildes conhecimentos teria condições para falsificar ou aderir a um qualquer pretenso plano criminoso de falsificação. Não passará certamente despercebida tal conclusão, tirada com base num único depoimento, e, quando é sabido que é o tribunal o único órgão soberano para aquilatar e proceder à qualificação jurídica dos factos e da participação dos agentes. Face às declarações contraditórias proferidas por aquela testemunha – agente da polícia judiciária – e que no anexo se transcreveu o seu teor, obviamente e, nesta parte o seu testemunho não poderia ser tido considerado como decisivo e inabalável, bastando para tanto, verificar o que sucedeu em termos factuais e concretos nos presentes autos. Que apontavam em sentido contrário. Entendemos, não ser o

acaso a absolvição dos arguidos A. F. e R. P., que numa ordem de grandeza em termos de probabilidade, estes dois últimos, estariam seguramente envolvidos, isto para tentar acompanhar o raciocínio lógico e jurídico do douto tribunal “a quo”.

Quanto ao crime de burla na forma tentada, vale “mutatis mutandis” o que atrás vai dito, relativamente ao crime falsificação, sendo certo que, uma vez mais, o J. P. não conhecia os outros arguidos à exceção de um seu primo. Bem como, não aderiu a qualquer plano e, não conhecia os factos criminosos porque foi condenado, isto é, também ficou provado em sede de audiência que o arguido só teve conhecimento da falsidade dos cheques, quando foi conduzido ao gabinete do senhor gerente onde se encontravam os senhores agentes da judiciária – cfr. anexo. Não resultou ainda provado que o arguido ao dirigir-se à agência bancária, iria ou teria intenção de depositar os cheques. Se nunca entendemos a forma como a investigação foi realizada por conter inúmeras lacunas, então aqui, é que não percebemos e não encontramos qualquer explicação, porque é que os agentes não permitiram o arguido fazer o depósito dos cheques. Ao invés, os dois agentes da judiciária que ali se encontravam, segundo eles numa sala, aguardavam que o arguido lhes fosse de imediato conduzido, tal como aconteceu – cfr. anexo. Fica a dúvida. A mera posse dos cheques e de uma declaração, será suficiente para condenar qualquer cidadão por tentativa? Pareceu-nos ser decisivo e fundamental que o depósito tivesse ocorrido ou que de alguma forma o arguido tivesse sido impedido de efetuá-lo. Mas, ficou provado, que nem o arguido efetuou o depósito quando tinha muitas maneiras e meios para o fazer, nem o mesmo foi impedido pela intervenção dos agentes da judiciária.

Relativamente à perícia técnica realizada aos documentos, pelo Laboratório de Polícia Científica, a primeira conclusão, é que de fato cheques eram falsos, falsidade essa apurada apenas em face de um exame técnico minucioso. Mas essa falsificação não era visível ou perceptível a “olho nu”, e

muito menos perceptível a um leigo ou a um “indigente”, expressão essa que o tribunal recorreu para tratar o arguido J. P. e que consta dos autos. A segunda, não existindo sinais evidentes de viciação no preenchimento dos cheques, cumpriria verificar a autenticidade dos elementos do preenchimento. Que em caso afirmativo, quem seria o autor do preenchimento e, em que circunstâncias teria ocorrido. Daí seria importante o depoimento dos senhores peritos em audiência de discussão e julgamento para se aquilatar da responsabilidade dos arguidos ou de outrem no preenchimento dos cheques. Porém, o tribunal indeferiu tal pretensão aos defensores, permanecendo a dúvida na obscuridade. Por isso, não se compreende, nem nunca se compreenderá, que o tribunal pudesse a vir concluir, como concluiu, que os autores da falsificação operaram através de um “print”, quando a perícia técnica, que foi impugnada, contraria tal conclusão. Ou seja, os documentos – cheques e declaração – não revelavam vestígios nítidos de viciação nos seus preenchimentos. Pelo que, o pressuposto que o tribunal abriu mão para fundamentar a condenação do arguido pelo crime de falsificação também não poderia obter vencimento. Porquanto, não corresponder à verdade, na justa medida em que não foi feita qualquer prova nessa medida. Pelo contrário, os depoimentos dos agentes da judiciária e a perícia técnica levada a cabo à letra e assinatura dos cheques, também não foi esclarecedora de quem foram os autores dessa pretensa falsificação. Veja-se o depoimento do Presidente do Metropolitano de Lisboa.

O arguido J. P. foi ainda condenado por tentativa de burla. Ora, este tipo de crime por sua própria natureza:

- a intenção
- de obter para si ou para terceiro
- enriquecimento
- ilegítimo,
- por meio de erro ou engano
- sobre factos que astuciosamente provocou,

- determinar outrem à prática de atos
- que lhe causem, ou causem a outra pessoa,
- prejuízo patrimonial.

O crime de burla exige a intenção de enganar, o que significa que exige o dolo de levar alguém ao engano. A intenção de enganar, será necessário pelo menos a perfeita consciência da prática do ilícito, assim como a atuação de disfarçar o seu interesse, atribuindo-lhe aparência de legalidade. Como sempre foi defendido pelo arguido e nunca se conseguiu provar o contrário em sede de audiência de julgamento, desconhecia a proveniência dos cheques, cuja ilegalidade apenas foi representada como possível, quanto à natureza do negócio subjacente, por envolverem montantes altos e lhe pedirem para depositar. No que concerne, à existência de cheques falsos ou parcialmente falsos, a mesma situação nunca foi representada como possível, até porque a sua aparência era de todo em todo igual à de quaisquer outros cheques materialmente verdadeiros. Desconhecendo-se a falsificação material dos documentos – cheques – importava saber se em algum momento, o arguido representou como possível que os referidos cheques tivessem por base um negócio ilícito. Com efeito e como supra já foi referido, o recorrente representou tal como possível, daí que não tenha feito imediatamente o depósito. Antes, procurou, diligentemente, junto de um seu amigo, gerente de uma sucursal bancária, aquilatar a legitimidade do negócio, para tanto, despoletando os mecanismos de prevenção necessários, tentando-se informar da veracidade do negócio. Entende-se, que o J. P. nunca teve consciência perfeita da ilicitude do negócio, até ao momento em que chega ao seu poder a declaração do Metropolitano, declarando a existência de um negócio de compra e venda de terrenos sendo o arguido o alienante. Assim, o arguido não tendo tido conhecimento e apenas representando tal como possível, teve o cuidado de nunca depositar os cheques sem ter a certeza absoluta da legalidade da sua proveniência e da autorização e aval da operação pelo gestor da conta sacada.

Mais se dirá que o arguido J. F. ao clarificar a situação junto do banco, apenas demonstrou fazer um juízo de prognose póstumo. Isto é: se tivesse conhecimento da ilegalidade da situação não depositaria os cheques, pois se o fizesse, toda a sua conduta anterior apenas serviria para alertar a ilegalidade da situação e eventualmente dificultar a consumação do ato criminoso. Pelo que, nunca conseguimos enxergar na conduta do arguido qualquer intenção de enganar ou fraudulentamente induzir em erro, a vítima, neste caso o banco, representada no ato do seu primo, amigo de longo tempo, que bem conhecia não haver quaisquer terrenos, encarando todos ou levando o recorrente a encarar, talvez por uma entrada de montantes tão elevados num balcão pequeno. Entendendo aquele documento apenas como um “pro forme” ou burocracia sem relevância. Perante esta factualidade quais foram os factos que o arguido astuciosamente provocou? Por ele nenhum facto foi provocado. Pelo contrário foram outros que astuciosamente o levaram ao erro, direta ou indiretamente, sendo vítima também de toda esta situação, figurando no “iter criminis” como mero instrumento de outros que o usaram para, eles sim, obterem um enriquecimento ilegítimo. Mas sublinhe-se. A sua ação não é desculpável. Pelo contrário, merece como mereceu censura penal, para tanto foi sancionado.

Quanto ao seu interesse patrimonial, não se conseguiu quantificar o valor da sua vantagem, o que induz uma transparência em todo o processo mesmo como mero executor ou instrumento que foi. Termos em que jamais poderia ter sido condenado pelo crime de burla, ainda que na forma tentada, na medida em que nunca teve intenção de, por erro ou engano sobre factos que astuciosamente provocou, determinar outrem à prática de atos que lhe causem, ou causem a outra pessoa, prejuízo patrimonial.

A intervenção da Polícia Judiciária, sem pretender desprestigiar uma das polícias mais prestigiadas do mundo, dir-se-á, que a investigação terá ficado muito aquém da expectativa e resultados que poderiam ser atingidos. Atento ao

que foi afirmado pelos agentes em sede de depoimento, admitindo que a investigação podia seguramente ter ido mais longe, desconhecendo-se qual o motivo porque não o foi. Nomeadamente, a falta de investigação, que é manifesta, se considerarmos, que não foram exauridas todas as diligências no que concerne nos agentes dos pretensos crimes e, o “modus operandi” usado nesses crimes. Lembrar-se-á, a título de exemplo, que o senhor A. P., gestor de conta da vítima, nunca foi investigado, ouvido em declarações ou em depoimento; para não falar no crime de falsificação que teria sido cometido e consumado algures por Santarém, de uma forma vaga, genérica e abstrata, desconhecendo-se até ao presente momento os seus autores e, a forma como foram cometidos. Mais, podemos afirmar com certeza, que não foram os agentes com a sua ação que impediram a “consumação” do crime de burla que na forma tentada. Podendo-se confirmar que o relato dos factos pelos investigadores, assumem grandes e profundas discrepâncias e incongruências, relativamente aos factos ocorridos na dependência bancária naquele dia; cfr. anexo. Entendemos, porque ficou sobejamente provada, que a atuação do J. P. não tinha a intenção de fazer qualquer depósito e assim burlar quem quer que seja, pelas razões aduzidas no anexo. Os agentes que se encontravam na dependência bancária, não tinham ordens seguras. Nomeadamente, não conheciam o arguido e, apenas tinham uma informação que eventualmente iriam ser “depositados ou levantados”, não se sabe ao certo, uns cheques, tornando esta operação de mera rotina, perante factos que não causam alarme social e, não ao invés, uma operação preventiva ou repressiva como seria de esperar se de facto houvesse, desconfiança e certeza nesse sentido. Concluir-se-á que, mesmo que se abstraísse da presença da judiciária na agência bancária, será seguro afirmar que o arguido não tinha razões para efetuar o depósito, por isso, não o fez nem era sua essa intenção. Por isso, o tribunal assentou a sua convicção em factos que, ou não ocorreram ou ocorreram de forma diversa atento a prova produzida em sede de audiência de discussão e julgamento.

No que tange às declarações do arguido, o tribunal proferiu afirmações, que ousamos citar: “O senhor J. P. face ao que está a afirmar agora em julgamento, está a fazê-lo de forma incongruente, inverosímil, dando dos factos uma versão que quase raiar o despudor e, aliás, nenhum dos arguidos manifestou qualquer atitude colaborante ... nenhum denotou arrependimento”. Contudo mais tarde, depois de lidas as suas declarações em sede de inquérito pela juiz chega à conclusão, que afinal, “... as declarações não são tão incongruente como pensava ...”. Por isso, questiona-se a validade e legalidade das declarações dos arguido em sede de inquérito e julgamento, e que valoração lhes são atribuídas pelo julgador.

Neste tipo legal de crime, é ainda necessário o elemento intelectual e volitivo, que consiste no dolo. Segundo aquele o tribunal, tal e “a quo”, tal elemento ou dolo foi encontrado. Reparar-se-á que nestes tipos de factos ilícitos, é necessário um dolo especial, ou seja um dolo intenso. O mesmo será dizer que o agente deverá agir com calculismo, a frieza de ânimo e uma determinação sem igual, conhecendo, bem sabendo e querendo o resultado, independentemente de quaisquer contrariedades que possam surgir e sejam alheias à sua vontade. Isto é: o agente não deverá hesitar nem colocar dúvidas, nem tão pouco deverá procurar informar-se previamente sobre os factos, propriamente ditos e do seu desfecho. Ora, no nosso caso, e passando ao comportamento do “nosso” pelo crivo jurídico, a atuação deste, consistiu sempre, recorrentemente, em diligenciar no sentido da boa e segura informação, que implicou a sua deslocação à agência bancária por diversas vezes. Por isso, entendemos ter tido uma postura de boa-fé, seriedade, responsabilidade e por humilde em termos pessoais. Assim, cabe questionar se face à postura do J. P., amplamente demonstrada nos autos, será possível ou viável, considerar-se com justeza ou justiça, que o aqui recorrente agiu com dolo intenso, em ambos os tipos legais de crimes? Parece-nos, com o devido respeito que não. Se podemos considerar ou que possa considerar-se, que o arguido foi diligente nas

“démarches” que empreendeu, e ainda que se considere, que o mesmo foi em simultâneo, algo incauto em termos de comportamento, pensamos, todavia e, salvo melhor entendimento, que o dolo intenso que é exigível nos tipos legais de crimes porque foi condenado, não pode de todo ser encontrado ou identificado na conduta do arguido, como ficou demonstrado nas transcrições dos depoimentos em geral, e, como resulta evidente nas suas próprias declarações do arguido. Infeliz e lamentavelmente não foram tidas nem levadas em consideração, muito menos valoradas sequer pelo julgador. Por muito incrível e estranho que pareça, é a postura que resulta dos factos provados, ou pelo menos não foi produzida prova em contrário, mantendo-se, sempre e invariavelmente a mesma postura ao longo da sucessão dos pretensos factos.

Deste recurso, o Tribunal da Relação de Coimbra negou o seu provimento ao arguido / recorrente, tudo se mantendo no Acórdão recorrido, apenas tendo sido revogada a suspensão da pena, com redução daquela, de 5 anos para 3 anos.

9. Conclusão

No presente relatório e, de forma sumária, pretendeu-se com base num caso concreto que se acompanhou desde o início até ao trânsito em julgado da decisão final, fazer uma reflexão séria, quer sobre o caso em si, quer sobre algumas fases processuais, que, no nosso modesto entendimento, serem as mais importantes e cruciais no processo penal.

Após o término do processo, ficou-se com a nítida sensação, que as penas aplicadas aos arguidos não tiveram como fim apenas e tão só um corretivo, mas sim e pelo contrário, um exemplo a tomar em consideração no futuro, atento, à grande e ampla problemática que as empresas públicas têm sido alvo de subtração de grandes montantes monetários e desvios, muitos deles, sem explicação legal ou fundamentada, e amplamente conhecidas pelo público em

geral através dos órgãos de comunicação social, cuja população não entende, nem aceita, não terem ou merecerem qualquer reparo por parte dos órgãos judiciais, mormente, qualquer sanção penal aos seus agentes. Porquanto: O acórdão enunciou de deu como provados factos, com base em depoimentos erróneos e contraditórios das testemunhas de acusação “in casu” os próprios agentes da Polícia Judiciária.

Por outro lado, o tribunal dá como e tido por provados factos, que vem a considerar mais à frente como não provados. Apenas fizeram fé e foram devidamente valoradas preferencialmente, as testemunhas de acusação, quando ao contrário, foram total e absolutamente menosprezados de todo em todo as testemunhas de toda a defesa e em particular, as próprias declarações dos arguidos, quer na fase inicial do processo, quer em sede de audiência de discussão e julgamento, que a certo momento, o próprio juiz presidente admitiu não haver divergências a assinalar no que concerne às declarações prestadas pelo arguido Pavoeiro em sede de interrogatório de arguido detido e em sede de audiência de julgamento, para no fim, a mesma julgadora, vir a afirmar que as declarações daquele arguido eram de tal forma mentira, que raiavam o despudor. Perguntar-se-á: afinal em que ficamos?

Pelo contrário, o arguido por nós patrocinado, demonstrou ao longo de todo o processo, coerência, veracidade, boa-fé e humildade e um profundo arrependimento. Ficou e persiste a dúvida, como poderia este mesmo arguido agir em comunhão de esforços, aderindo a um pretenso projeto em participação no regime de coautoria se, desconhecia de todo em todo os restantes arguidos à exceção de um primo, também arguido, no crime de falsificação. Mesmo a perícia técnica realizada aos cheques é inclusiva. Por uma lado, não determinou no mínimo que tipo de técnica for usada para a contrafação, nem mesmo indiciariamente como foram clonados, apenas se sabendo como foram aumentados 80 vezes. E quanto ao local e por quem, nada se sabe. Apenas existe a informação que teriam sido contrafeitos, numa tipografia “lá para os

lados de Santarém”. Apenas servindo essa prova, para se chegar à conclusão, que os cheques eram falsos. Ficou em aberto: tudo o que concerne aos seus elementos, do preenchimento, presumindo que a assinatura neles constantes era a do Presidente do Metropolitano, atento ao reconhecimento pessoal que aquele fez, quando testemunhou em sede de audiência de discussão e julgamento.

Entende-se que não houve tentativa na prática do crime de burla, por não se acharem reunidos os pressupostos do tipo legal de crime, nomeadamente, por não se terem efetivado todos os atos executórios e preparatórios, que eram, também eles, necessários e exigíveis, o que de resto decorre da conduta que foi observada na pessoa do arguido Pavoeiro, ao longo de todo o processo factual e ao longo da audiência e julgamento. Atento, que este tipo de crime – burla – exige uma ação dolosa e já não a mera negligência. Mas, tal significa, que o mesmo arguido tenha sido incauto ou negligente e, que a sua conduta não reprovável. Pelo contrário, merece censura e deve ser sancionada. Apenas não se concorda como o modo como foi feita. Mais uma vez, não se entende e a dúvida persiste. Qual a razão pelo qual os agentes da Polícia Judiciária, que se encontravam da dependência desde a sua abertura, hoje, equipados e munidos de tecnologia de vanguarda, não deixaram o arguido proceder ao depósito dos cheques na sua conta bancária, e, depois de depositados seguir o seu “rasto” até detetar os beneficiários de tão avultado montante, serem “apanhados” em flagrante delito e, posteriormente serem julgados e condenados?

Sublinhe-se, que os montantes envolvidos eram mais de € 10.000.000,00 (dez milhões de euros), que e depois de retirado € 1.000.000,00 (um milhão de euros) para os arguidos denominados de Alcobaça, restariam € 9.000.000,00 (nove milhões de euros). A favor de quem? Essa resposta ficará eternamente por responder. E fica, sem ter aqui uma posição acusatória, porque a investigação ao longo de todo o processo penal esteve, e continuou até final enferma. Acresce, que o arguido a que nos vimos referindo, não chegou a

entregar no banco, na pessoa do gerente nem a declaração nem os cheques. Mais. Os próprios agentes da polícia que se encontravam no local, não conseguiram de forma coerente afirmar onde o aludido arguido trazia os cheques, que, confrontados pelas várias versões que afirmaram, não conseguiram responder com clareza à pergunta que lhes foi formulada.

Podemos afirmar, que o arguido desconhecia a falsidade dos cheques, dada a sua condição pessoal, académica e social. Sublinhe-se, que o próprio gerente da sucursal, quando os tinha na sua posse – mão – depois de uma análise liminar, os considerou “bons”. Como tal, como poderia o arguido ter participado no crime de falsificação de documentos?

No que concerne à sua ação dolosa no crime – burla – de que foi acusado e posteriormente condenado, aquele tipo legal de crime, exige um dolo na sua forma especial, vulgo dolo intenso nesses fatos típicos. Por isso, ainda não conseguimos vislumbrar, atenta a conduta do arguido e à luz da prova produzida em sede de audiência de discussão e julgamento, que se possa com segurança e justeza, qualificar a sua atuação como dolosa e de forma intensa. Esta conclusão, assenta nas declarações dos arguidos e das afirmações das testemunhas de acusação, cujos depoimentos resultam o contrário.

Relembremos: foi o arguido J. P. que facultou os cheques ao gerente da sucursal para, ele próprio, tirar fotocópias, assim as enviando para o gestor da conta do Metro e, para a administração e auditoria do banco. Foi o mesmo, que teve uma atitude preventiva e, que por via disso, conformou os seus passos com vários pedidos de informação, reiterados, acerca das condições e contornos da operação bancária e, sobretudo, foi ele – arguido – que embora munido dos cheques, jamais procedeu ao seu depósito, quando na verdade tinha condições para o fazer, a qualquer momento e quiçá através da caixa denominada “Multibanco”.

Aqui chegados, no nosso modesto entendimento, a investigação criminal ficou muito aquém daquilo que deveria ser feita em abono e prol da justiça.

Diga-se, e ainda não há muito tempo, após uma participação para o Ministério Público sobre factos que indiciavam igualmente um crime de burla, envolvendo uma instituição bancária, esta, que tem sido alvo de outras participações criminais, recebemos do Ministério Público um despacho, no sentido do processo ter sido arquivado, porque os órgãos de polícia criminal – Polícia Judiciária – não tinha tempo nem meios para proceder à investigação dos factos participados. Tudo isto, com o inerente prejuízo para o cidadão comum e, para a própria justiça.

No caso presente, e que serviu de base a este trabalho, podemos concluir com alguma a certeza, que a deficiente e parca investigação criminal, influenciou todo o processo penal. Para tanto, não se fazendo nem se aplicando a tão acostumada JUSTIÇA.

Bibliografia

(A bibliografia é a consultada embora não necessariamente citada)

- Albuquerque, Pinto de, *“Os princípios estruturantes do processo penal português – que futuro?”*, in *Que Futuro Para o Direito Processual Penal. Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, Por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra, 2009;
- Albuquerque, Pinto de, *Comentário do Código de Processo penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, 2007;
- Andrade, Costa, *“Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral)”*, in *Que Futuro Para o Direito Processual Penal. Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, Por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra, 2009;
- Barreiros, José António, *“O julgamento no novo Código de processo penal”*, in *Jornadas de Direito Processual Penal. O Novo Código de Processo Penal*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra, 1989;
- Beleza, Teresa, *Apontamentos de direito processual penal*, Vol. I, II, III Lisboa, 1992-93-95;
- Dias, Figueiredo e Costa Andrade, *Criminologia, o homem delinquente e a sociedade criminógena*, Coimbra, 1984, Coimbra Editora;
- Dias, Figueiredo, *“O processo penal português: problemas e prospetivas”*, in *Que Futuro Para o Direito Processual Penal. Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo*

Dias, Por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português, Coimbra, 2009;

- Dias, Figueiredo, *Direito Processual Penal*, Coimbra, 1974;

- Dias, Figueiredo, *Direito Processual penal*, Lições coligidas por Maria João Antunes, Coimbra, 1988-9;

- Gaspar, Henriques, “As exigências da investigação no processo penal durante a fase da instrução”, in *Que Futuro Para o Direito Processual Penal. Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, Por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português, Coimbra, 2009;*

- INVESTIGAÇÃO CRIMINAL nº 3, *Ensaio e Estudos, Revista Semestral de Investigação Criminal, Ciências Criminais e Forenses;*

- Latas, António João (coordenação), *Mudar a Justiça Penal*, Edições Almedina;

- Mesquita, Paulo Dá, *Justiça Penal: alguns dos seus problemas e desafios;*

- Monte, Mário Ferreira, “Um olhar sobre o futuro do direito processual penal – razões para uma reflexão”, in *Que Futuro Para o Direito Processual Penal. Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, Por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português, Coimbra, 2009;*

- Moura, Souto, “A investigação e suas exigências no inquérito”, in *Que Futuro Para o Direito Processual Penal. Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, Por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português, Coimbra, 2009;*

- Oliveira, Francisco da Costa, *A Defesa e a Investigação do Crime*, Edições Almedina, 2^a edição;

- Rodrigues, Anabela, “O inquérito no novo Código de processo penal”, in *Jornadas*, Coimbra, 1989;

- Rodrigues, Cunha, “Recursos”, in *Jornadas de Direito Processual Penal. O Novo Código de Processo Penal*, Centro de Estudos Judiciários, Coimbra, 1989; *Jornadas*, Coimbra, 1989;

- Simas, Santos, “Revisão do processo penal: os recursos”, in *Que Futuro Para o Direito Processual Penal. Simpósio em Homenagem a Jorge Figueiredo Dias, Por Ocasão dos 20 Anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra, 2009;

- Santos, Simas/Leal-Henriques, Manuel, *Código de Processo Penal anotado*, Vol. I, 2008;

- Santos, Simas/Leal-Henriques, Manuel, *Noções de Processo Penal*, Lisboa: Rei dos Livros, 2010;

- Santos, Simas/Leal-Henriques, Manuel, *Recursos em Processo Penal*, 6^a edição, Lisboa, 2007;

- Valente, Manuel Guedes, *Processo penal*, Tomo I, Lisboa, 2009.

ANEXO

1. Excertos da acusação

“No âmbito das buscas domiciliárias realizadas à residência do arguido C. H. e ainda ao seu local de trabalho, foram apreendidas duas caixas descodificadoras do sinal da TV CABO e inúmeros CD’s e DVD’s com filmes gravados e capas alusivas aos referidos filmes, mais precisamente, 639 DVÜs , 373 CDs, 52 caixas de DVDs e 4 caixas vazias de CDs, centenas de capas de CDs, DVDs e jogos e listas de CDs, DVDs e jogos Foi ainda apreendida uma parafernália tecnológica destinada à reprodução ilícita dos objectos, o que reforça a suspeita que o arguido C. H. se dedicava à fabricação e posterior venda do material supra descrito.

Todavia, até à presente data não foi possível proceder a exame pericial a todo o material apreendido, exame que se afigura essencial à prolação de despacho final relativamente a estes factos, susceptíveis de integrar crimes de Usurpação p.p. pelos art. 195º e 197º do Código de Direitos de Autor.

Ora, o prazo processual para o terminus do presente inquérito – de arguido preso - não se compadece com a realização desse exame pericial e com a realização de outras diligências, nomeadamente interrogatório do arguido acerca destes factos.

Ora, o prazo processual para o terminus do presente inquérito – de arguido preso - não se compadece com a realização desse exame pericial e com a realização de outras diligências, nomeadamente interrogatório do arguido acerca destes factos.

Por outro lado, os factos acima mencionados ocorreram na residência do arguido C. H. sita (...).

Dispõe o art. 19º do Cód, Proc. Penal, que é competente para conhecer de um crime o Tribunal em cuja área se tiver verificado a consumação.

Face ao exposto, extraia certidão (...), a fim de instruir inquérito autónomo pela pratica de crimes de usurpação p.p. pelos art. 195º e 197º do Código de Direitos de

Autor e remeta-a ao Tribunal da área da residência do arguido, por ser o competente para conhecer esses factos.

Mais se determina que os artigos apreendidos e que fazem parte dos Apenso (...), e ainda as duas boxes descodificadoras do sinal da TV Cabo e que se encontram no apenso H, fiquem apreendidos à ordem do Inquérito a que der lugar esta certidão.

Mais se determina, igualmente que fiquem apreendidos à ordem do Inquérito a que der lugar esta certidão, os seguintes artigos descriminados (...).

De fls. 798 e 809 dos autos foi constituído arguido e interrogado nessa qualidade, J. A..

Conforme resulta das diligências realizadas, existem suspeitas que o arguido C. H. tenha vendido ao J. A., informação bancária referente à firma "P. & C.", o que possibilitou a contrafação de cheques dessa firma e o cometimento de burlas.

Na verdade, no âmbito da busca realizada à residência do arguido C. foram apreendidos documentos — saldos, movimentos, fichas de assinaturas e números de cheques - relativos à sociedade P. & C..

Mais resulta dos autos, que os factos referentes à contrafação dos cheques da "P. & C.", já se encontram a ser investigados no âmbito do Inquérito nº 147/05.7 PGPRT.

Todavia e relativamente aos factos em investigação nos presentes autos contrafação dos cheques do Metropolitano de Lisboa — não resulta que o Arguido J. A. tivesse tido qualquer tipo de intervenção nesses factos.

Face ao exposto, determino o arquivamento relativamente a este arguido no que concerne aos factos aqui em investigação - contrafação dos cheques do Metropolitano de Lisboa .

Cumpra o disposto no art. 277º nº 3 do Cód. Proc. Penal.

Uma vez que a actividade do J. A. no que toca à contrafação dos cheques da firma "P. & C." já se encontra a ser investigada no inquérito a que supra se aludiu, determino se extraia certidão (...) autos de interrogatório do arguido C. H. (...), auto de interrogatório do J. A. relatório final elaborado pela Policia Judiciária), (...) e remeta a certidão para junção ao Inquérito 147/05.7 PGPRT.

Resultam igualmente dos autos indícios que o arguido C. H. forneceu a outros indivíduos, informações bancárias que permitiram a contrafação de cheques da firma "C. M., Lda".

Por estes factos, corre termos o Inq. 739/04.1 JDLSB.

Assim, extraia certidão (...) autos de interrogatório do arguido C. H. (...) Auto de Busca e Apreensão, (...) relatório final elaborado pela Policia Judiciária), deste despacho e ainda dos documentos de (...) para junção ao Inquérito 739/04.1 JDLSB.

A (...) foram constituídos arguidos e interrogados, V. R., R. S. e A. H., por suspeita de co-autoria de crime de falsificação de documentos p.p. pelo art. 256º n-1 al. a) c) e nº 3 por referência ao art. 255º al. a) e crime de burla qualificada, na forma tentada, p.p. pelos art. 22º, 23º, 217º nº 1 e 218º nº 1 al. a) por referência ao art. 202º al. b), todos do Cód.Penal.

Os dois primeiros arguidos, os irmãos V. e R. S., foram, inclusive, sujeitos a primeiro interrogatório judicial, tendo na sequência do mesmo lhes sido aplicada medidas de coacção.

Ora, como resulta dos autos os arguidos V. R. e A. H. haviam sido indicados pelo arguido C. H. como tendo intervindo directamente no plano criminoso de contrafação de cheques do Metropolitano, tendo como finalidade o seu depósito e apropriação de elevadas quantias monetárias.

O arguido C. H. que ou ainda que estes arguidos estavam incumbidos de, conjuntamente com o A. F., o A. B. e um tal "V.r" que não se logrou identificar, de contactar uma tipografia para concretizar a contrafação;

Mais referiu que, por diversas vezes, se reuniu com estes indivíduos, estando ainda nessas ocasiões presente o irmão do V., ou seja, o R.S., reuniões em que gizaram o embuste e determinaram os actos a praticar e dividiram tarefas.

Por fim, a todos estes indivíduos, V. R., R. S. e AA. H., caberia parte do quinhão obtido com os factos que se propunham realizar.

Atento o teor destas declarações prestadas pelo arguido C. H., instruíram-se os autos com as diligências consideradas necessárias e úteis em ordem à descoberta da verdade dos factos e apuramento da responsabilidade destes arguidos.

Findas as diligências de inquérito cumpre apreciar a intervenção destes arguidos nos factos denunciados de molde a pronunciarmo-nos sobre a verificação ou não de indícios suficientes e bastantes que permitam deduzir acusação contra os mesmos e sustentá-la em juízo.

Entendemos, porém, que das diligências realizadas, tendo em vista concretizar as actuações destes arguidos, nada se logrou obter de relevo que permita sustentar em juízo uma acusação contra o R. S., o V. R. e o A. H.. Senão vejamos:

Na verdade, o arguido C. H. interrogado posteriormente, nada mais esclareceu adoptando uma postura, de todo, inversa a primeira posição assumida de colaboração com a investigação, vindo mesmo a declarar que não conhecia estes arguidos.

Os arguidos, por sua vez, referiram que apesar de conhecerem o A. F., não se lembravam se conheciam ou não o C. H., admitindo, todavia, terem feito parte de reuniões em que estavam presentes vários indivíduos, entre eles o A. F.

Contudo, negaram que nessas reuniões tivesse sido abordada a temática dos cheques.

Por sua vez, o arguido V. R., a propósito dos factos, apenas referiu que o A. F. tinha um débito para consigo, de 35.000, 00 €, e em dada ocasião lhe propôs que emitisse uma factura falsa, susceptível de legitimar o depósito de uns cheques na sua conta, ao que não acedeu.

Não se carregaram para os autos outros elementos probatórios.

Ora, de acordo com o preceituado no art. 283º nº 1 do Cód. Proc. Penal, se durante o inquérito tiverem sido recolhidos indícios suficientes de se ter verificado o crime e de quem foram os seus agentes, o Ministério Público deduz acusação contra estes.

O nº 2 desse mesmo preceito legal diz-nos que os indícios são suficientes sempre que deles resultar uma possibilidade razoável de ao arguido vir a ser aplicada uma pena.

"Os indícios só serão suficientes e a prova bastante quando, já em face deles, seja de considerar altamente provável a futura condenação do acusado, ou quando seja mais provável do que a sua absolvição\ Figueiredo Dias, in Dto Processual Penal, I, pag. 133.

Assim, "são indícios suficientes aqueles elementos que, loucamente relacionados e conjugados, formam um conjunto persuasivo, na pessoa que os examina, sobre a existência do facto punível, de quem foi o seu autor e da sua culpabilidade. (Colect. Jur. Ano II - pags. 306, 375 e 1011 e III - pags. 633).

Estas são pois as linhas gerais de orientação que se deve ter em mente quando se deduz uma acusação.

Reportando-nos aos presentes autos, entendemos que a deduzir a acusação com base nos elementos recolhidos, e que neste momento se resumem às primeiras declarações prestadas pelo arguido C. H., esta não teria qualquer possibilidade de vir a ser procedente de acordo com os critérios acima explanados.

Face ao exposto, forçoso é concluir que a despeito de terem sido realizadas todas as diligências consideradas necessárias e úteis, não se logrou definir e colher outros elementos acerca da intervenção destes arguidos nos factos ora denunciados.

Em conformidade, e porque não se vislumbra a realização de outras diligências de investigação que permitam o esclarecimento dos factos, determino o arquivamento do presente inquérito no que a estes arguidos concerne, atento o disposto no art. 277º nº 2 do Cód. Proc. Penal.

Cumpra o disposto no art. 311º nº 3 do Cód. Proc. Penal.

Informe o OPC que face ao despacho de arquivamento proferido supra, se encontram extintas as medidas de coacção aplicadas ao V. R., R. S., nos termos do art. 214º nº 1 al. a) do Cód. Proc. Penal.

Dos elementos carreados para os autos resultam indícios da prática pelo arguido C. H., de crime de furto p.p. pelo art. 203º nº1 do Cód, Penal e / ou um crime de subtracção de documentos p.p. pelo art 259º do Cód. Penal.

Qualquer dos ilícitos acima indicados tem natureza semi-pública, o que significa que para o procedimento criminal referente aos mesmos ter lugar, é necessário que o ofendido apresente queixa (art. 203º n.º 3, 259º n.º 4 do Cód. Penal), entendendo-se como ofendido o titular dos interesses que a lei especialmente quis proteger com a incriminação, neste caso o Banco Comercial Português. Como resulta dos autos, o BCP não exerceu o direito de queixa, pelo que, não assiste legitimidade ao Ministério Público para prosseguir a acção penal no que a estes factos concerne.

Em conformidade, determino o arquivamento nesta parte, atento o disposto no art. 277º n.º 1 do Cód. Proc. Penal.

Cumpra o disposto no art. 277º n.º 3 do Cód. Proc. Penal.

No âmbito deste inquérito foram realizadas diversas diligências tendo em vista localizar o A. F. e proceder ao seu interrogatório – (...). Tais diligências tiveram resultado infrutífero, pelo que se procede (...), se vai passar a deduzir acusação contra o mesmo, nos termos do art. 212º n.º 1, 2ª parte do Cód. Proc. Penal.

Nomeio o Exm.o Sr. Dr. (...), como defensor officioso dos arguidos A. F. e R. P., nos termos do art. 64º n.º 3 do Cód. Proc. Penal.

Em Processo Comum e com intervenção do Tribunal Colectivo, o Ministério Público acusa:

A. F., filho (...), natural de (...), nascido (...), casado, residente (...), Barreiro, titular (...);

C. H., filho de (...), natural do (...), nascido (...), viúvo, bancário, residente (...), titular (...);

J. P., filho de (...), natural (...), nascido a (...), divorciado, vendedor de automóveis, residente (...), titular (...);

J. F., de alcunha "...", filho de (...), natural do (...), nascido a (...), casado, industrial de cerâmica, residente em (...), titular (...);

A. B., filho de (...), natural de (...), nascido a (...), divorciado, comerciante, residente na (...), titular do (...);

R. P., filho de (...), natural de (...), casado, trabalhador por conta própria, residente na (...), titular do (...);

Porquanto:

O arguido C. H. era à data dos factos que se passam a descrever funcionário do Banco Comercial Português, instituição em que trabalhou desde o ano de 1989 onde desempenhou funções em diversos Departamentos, e a partir de Julho de 1998 trabalhou no Departamento de Cartões.

No âmbito das suas funções o arguido tinha acesso à base de dados de clientes, moradas e contas dos clientes do BCP, encontrando-se deste modo essa informação totalmente ao seu dispor.

Conhecedor das funções exercidas pelo C. H. o arguido A. F., seu conhecido de há alguns anos, no início do Verão de 1994, sugeriu àquele, clonarem uns cheques para posteriormente serem levantados.

Desta forma, gizaram um plano que consistia em o C. H., mercê da sua actividade profissional, aceder a dados bancários de clientes e na posse desses dados "clonarem cheques" que posteriormente seriam depositados em determinada conta bancária.

Uma vez creditados esses valores, os mesmos seriam sujeitos a múltiplas transferências por forma a camuflar o rasto do dinheiro e, por fim, tudo culminaria com a repartição do dinheiro entre todos os intervenientes. Para concretização do plano traçado pelos arguido A. F. e C. H., impendia a este ultimo a obrigação de escolher uma empresa ou entidade, cliente do MILLENIUM BCP, e que fosse detentora de capacidade económica, ou seja, de um saldo disponível avultado, enquanto ao A. F. incumbia providenciar pela impressão dos cheques e demais diligências tendentes ao seu depósito.

Assim, ao aceder ao sistema informático do banco onde laborava o arguido Cristiano Magalhães elegeu como alvo o METROPOLITANO DE LISBOA EP, por ter constatado, a existência de elevadas verbas no saldo bancário e ainda por ter verificado que se encontrava pendente uma requisição de cheques, o que lhe permitiu

apurar os números de cheques que iriam ser emitidos e enviados à empresa Metropolitano.

Desta forma, logrou estipular os números que deveriam constar dos cheques a fabricar, e ainda, obter os elementos referentes ao número de conta, código do banco e da sucursal, ficha de assinaturas e valores a inscrever nos ditos cheques.

Para o efeito, o arguido retirou da sistema informático do banco toda a documentação imprescindível para o efeito, dela fazendo parte os documentos bancários que lhe vieram a ser apreendidos referentes ao Metropolitano EP, e que constam de fls. (...) do Apenso A — 3, documentos que se dão por reproduzidos.

Concretizando:

O arguido C: H. forneceu ao arguido A. F. os seguintes elementos, que obrigatoriamente deveriam estar presentes nos cheques:

indicou-lhe o numero de conta titulada pelo METROPOLITANO de LISBOA EP naquela instituição bancária - n° (...);

os números de cheques a utilizar , respectivamente, cheques n°s (...);

os montantes a inscrever nos cheques, respectivamente , os valores de 3.027 463,25 €, 3.125 874,17 € e 3.937 129,04 €; efectuou um print screen da ficha de assinaturas da conta em apreço, para tornar possível a cópia das assinaturas constantes da ficha de assinaturas, e sua aposição nos cheques a fabricar, sendo que essas assinaturas pertenciam;

uma, ao Director Financeiro da empresa, Dr. (...); outra ao Presidente da empresa, Eng. (...).

forneceu todos os elementos que deveriam constar na zona de leitura óptica; deu indicações sobre os elementos que deveriam constar do rosto dos cheques e sua localização no mesmo (ex. "cliente desde 1978, sucursal CORP SUL 1").

Na posse destes elementos fornecidos pelo C. H., o arguido A. F. providenciou pela impressão dos cheques a qual terá sido efectuada numa tipografia que não foi possível identificar e situada nos arredores de Santarém.

Para levarem a cabo os seus desígnios rodearam-se de 3 outros indivíduos a quem deram conhecimento daquele plano, entre os quais os arguidos A. B. e R. P. que anuíram aos seus propósitos e acederam a colaborar de forma integrante no mencionado plano, agindo todos em conjugação de esforços, de comum acordo e com distribuição de tarefas em obediência aquele plano.

Assim, em data não determinada, mas que se situa seguramente entre os meses de Novembro de 2004 e 18 de Março de 2005, o arguido C. H. solicitou ao arguido R. P. a utilização da conta bancária deste, dando-lhe conhecimento do plano a que supra se aludiu.

O arguido R. P. acedeu a colaborar na execução do plano delineado e para o efeito entregou ao C. H. os seus dados bancários, mais precisamente o seu IBAN: (...) e o NIB; (...), referente à conta que era titular no Banco Nacional de Crédito, sucursal de Campo de Ourique, Lisboa, dados que foram apontados pelo arguido C. H. que os veio a transmitir ao arguido A. F..

Desta forma, o arguido R. P. teria o papel de destinatário final do dinheiro que uma vez creditado seria levantado pelo arguido A. B..

Por sua vez, o arguido A. B. foi incumbido pelo arguido – A. F. de angariar os indivíduos que num primeiro momento, depositariam os cheques, devendo para o efeito, entregar-lhes toda a documentação necessária para a concretização dos factos, bem como indicar-lhes a conta do destinatário final.

O A. B. constituía, pois, o elemento de ligação entre o grupo mais restrito a que pertenciam os arguidos A. F., C. H. e R. P. seriam os indivíduos que iriam proceder ao depósito dos cheques por eles fabricados.

Na sequência do plano estabelecido, o arguido A. B. expôs e apresentou o plano a que vimos aludindo a um seu primo, o ora arguido J. F., que acedeu colaborar com o mesmo, em obediência ao plano urdido, providenciando pela angariação de um terceiro testa de ferro, que abriria uma conta bancária para o efeito é que procederia ao depósito dos três cheques fabricados do Metropolitano EP .

O arguido J. F. contactou o também arguido J. P., que, após conhecimento do plano, decidiu anuir ao mesmo e colaborar para a sua prossecução, em conjugação e comunhão de esforços, com os restantes arguidos;

E, como se referiu, cabia aos arguidos J. F. e J. P. o papel de "operacionais", encarregues de abrir uma conta bancária e apresentar os cheques fabricados a depósito.

Por esta actuação, o A. B. acordou com os arguidos J. P. que este receberia a final um montante que se cifrava entre os 40 e os 50 mil Euros, enquanto que o J. F. receberia um montante cifrado em 700 mil Euros.

Os arguidos J. P. e J. F. escolheram a agência do Millenium BCP da Benedita para o primeiro abrir a conta onde seriam depositados os cheques, pela circunstância do arguido J. P. ter bons contactos com o gerente daquela agência, o que, em seu entender, facilitaria o depósito dos cheques.

Assim, em data não determinada do mês de Março de 2005, mas seguramente antes do dia 18 desse mês, o arguido J. P. contactou o gerente da agência da Benedita, (...), e deu-lhe conhecimento que pretendia abrir uma conta bancária naquela Agência a fim de depositar na mesma cheques de elevado valor, na ordem dos 10 milhões de Euros.

Deste modo, no dia 18 de Março de 2005, o arguido J. P. dirigiu-se à Agência do MILLENIUM BCP sita na Benedita, local onde abriu uma conta bancária, com a quantia de 250 Euros.

Em concretização do plano traçado pelos arguidos A. F. e C. H. a que os restantes arguidos aderiram em data não determinada do mês de Março de 2005, mas seguramente anterior ao dia 24 desse mês, o arguido A. B. entregou aos arguidos J. P. e J. F. os três cheques fabricados nas circunstâncias já descritas e dos quais constavam os elementos fornecidos pelo arguido C. H. ao arguido A. F...

Assim, o arguido A. B. entregou ao J. P. e ao J. F. os seguintes cheques, perfazendo no total a quantia de 10.090 466,46 €, todos emitidos à ordem de J. P.:

Cheque n° 63632 17812, emitido no valor de 3.027 463,25 € ;

Cheque n° 63632 17618, emitido no valor de 3.125 874,17 €;

Cheque n° 63632 17715, emitido no valor de 3.937 129,04 €;

Em todos os cheques, datados de 22 de Março de 2005, constava o número de conta 00191666181, titulada pelo METROPOLITANO LISBOA EP no Millenium BCP, Sucursal CORP SUL I, cliente desde 1978, e ainda as assinaturas do Director Financeiro da Empresa, Dr. (...), e do Presidente da Empresa, Eng. (...).

Nos referidos cheques fora igualmente aposto um carimbo com os dizeres METROPOLITANO LISBOA EP, que não correspondia ao carimbo utilizado por aquela empresa.

O arguido A. B. mais lhes entregou uma folha A4 da qual constava a indicação da conta para onde posteriormente deveria ser transferido o dinheiro, ou seja, a conta de que era titular o R. P. no Banco Nacional de Crédito, com a indicação do IBAN: (...); NIB: (...); e o SWIFT: CRBNPTPL, folha onde constava igualmente o nome do arguido R. P.. No dia 24 de Março de 2005, cerca das 15H00, o arguido J.P. dirigiu-se à Agencia do Millenium BCP, na Benedita, para depositar os cheques na conta bancária que previamente abrira.

Todavia, atento os montantes apostos nos cheques, o funcionário da referida Agência que o atendeu informou-o que só poderia proceder ao depósito se os cheques fossem acompanhados de uma declaração justificativa da proveniência do dinheiro.

O arguido confrontado com esta exigência levou consigo os cheques e combinou com o funcionário que o atendeu que voltaria no dia 28 de Março seguinte munido da declaração para depositar os cheques, tendo aquele ficado com fotocópia dos mesmos.

De imediato, o arguido J. P. contactou o arguido J. F. e inteirou-o da necessidade de obtenção da referida declaração, tendo este se prontificado a contactar o A. B. para que fosse forjada uma declaração, supostamente do Metropolitano, a justificar a proveniência dos cheques.

Inteirado dos factos, o arguido A. B. contactou o arguido A. F. que providenciou pelo fabrico de uma carta / declaração em papel branco A4 com a indicação METROPOLITANO DE LISBOA EP, Av. MIGUEL BOMBARDA, 3 1100 LISBOA,

com o n.º de referência 25320 e assunto — envio de cheques, datada de 22.03.2005 e dirigida a J. P., residente na (...).

Nesta carta / declaração constavam as assinaturas supostamente feitas pelo Presidente do Conselho de Gerência, Eng. (...) e do Director Financeiro, Dr. (...), do METROPLITANO DE LISBOA, EP, carimbadas com o mesmo carimbo METROPLITANO LISBOA, EP, constante dos cheques.

No seu conteúdo fazia-se referência ao legítimo representante do Metropolitano, Dr. (...), e justificavam-se os cheques como indemnizações de fracções de terreno cedidas pelo arguido J. P. ao METROLOPIANO De LISBOA.

Em data não apurada, mas situada entre os dias 24 e 29 de Março de 2005, o arguido A. B. entregou ao arguido J. F. a carta / declaração fabricada da forma descrita.

No dia 29 de Março de 2005 cerca das 15H00, na posse daquela carta / declaração e dos três cheques os arguidos J. P. e J. F. dirigiram-se ao Millenium BCP da Benedita.

Aí chegados, o J. P. munido dos cheques e da carta / declaração entrou na Agência do Millenium BCP enquanto que o arguido J. F. o ficou a aguardar no exterior, no veículo Seat Ibiza, propriedade deste ultimo, e no qual se fizeram transportar até à Benedita.

No preciso momento em que o arguido J. P. se preparava com a carta / declaração justificativa dos cheques da proveniência foi abordado para o efeito, pelos Inspectores da Policia Judiciária que se deslocaram ao local na sequência de denuncia apresentada pelo Metropolitano de Lisboa e que teve na origem comunicação feita àquela entidade pelos serviços de inspecção do Millenium BCP.

Não fosse tal circunstância de todo alheia á vontade dos arguidos e estes ter-se-iam apropriado das quantias apostas nos cheques e que seria dividida entre todos, na sequência do plano previamente urdido pelos arguidos A. F. e C. H., plano a que os restantes arguidos aderiram, desempenhando tarefas especificas , mas sempre em conjugação e comunhão de esforços.'

Na sequência da detenção realizada, foram apreendidos ao arguido J.P., entre outros, os seguintes documentos:

os três cheques acima indicados e que se propunha depositar — cfr. fls. 26, a carta / declaração, supostamente emitida pelo Metropolitano de Lisboa - cfr, fls. 27; uma folha de papel A4 com a identificação da conta do Rui Miguel Pinto - cfr. fls. 30; uma folha manuscrita com o plano de acção a seguir - cfr. fls. 45.

Por sua vez, ao arguido J. F. apreendidos entre outros, os seguintes documentos:

cópia dos três cheques acima indicados - cfr. fls. 58, cópia do carta / declaração justificativa da proveniência dos cheques - cfr. fls. 57; documento manuscrito relativo à distribuição do produto da burla, nos termos do qual ao A. B. e ao J. F. caberia respectivamente a quantia de 140.000 mil contos (700 mil euros) - cfr. (...).

Como se referiu supra, o arguido C. H. tinha acesso directo, em função do seu trabalho, a inúmera informação de natureza sigilosa.

Mais tinha acesso a todos os cartões capturados / devolvidos, cartões esse de crédito e de débito, porquanto exercia funções no Departamento de cartões, mais propriamente na área de manutenção, a qual tem como incumbência a recuperação dos cartões "multibanco" que ficam retidos nas caixas ATM.

Assim, no decurso de tempo em que exerceu as funções no Departamento de Cartões, desde Julho de 1998 até 13 de Abril de 2005, o arguido retirou do seu local de trabalho 5.280 cartões (uns só com banda magnética, outros na sua forma perfeita e definitiva, outros utilizáveis / válidos), documentos (...).

Tais cartões são cartões desactivados que foram devolvidos ao Banco que se destinavam a ser destruídos, mas que, todavia, foram interceptados pelo arguido que se apropriou dos mesmos.

O arguido destinava-os a ser clonados e desta forma proceder ao levantamento dos valores presentes nas contas bancárias, e ou, em alternativa, efectivar a sua venda.

Mercê das suas funções acedeu às bases de dados da instituição bancária da qual era funcionário e retirou do sistema informático, informação sobre os seus clientes, entre

os quais, o Metropolitano de Lisboa EP, "C. M., Lda", "P. & C.", informação que transmitiu a terceiros.

Mais retirou cheques em branco (prontos a ser utilizados), todo o tipo de documentos de natureza bancária relativo a clientes da sua entidade empregadora (saldos, extractos de conta, correspondência dos clientes), folhas de caixa e outros documentos de natureza contabilista do BCP e diversos "prints" de fichas de funcionários.

Os mencionados cartões, cheques e informações referentes a clientes, folhas de caixa e outros documentos bancários acima indicados, vieram a ser apreendidos na residência do arguido sita (...), na sequência de busca domiciliária realizada à mesma, em 12 de Abril de 2005, auto de busca esse, que consta (...).

Os arguidos A. F. e C. H. urdiram um plano congregando vontades com o objectivo de levarem a bom termo os factos descritos, plano a que os restantes arguidos, R. P., A. B., J. P. e J. F. aderiram passando a colaborar em conjugação e comunhão de esforços para atingirem os seus desígnios.

Ao fabricarem os cheques da forma descrita, com base nos elementos que obtiveram por acesso aos dados informáticos referentes à conta titulada pelo Metropolitano Lisboa EP no Millennium BCP, e ao utilizarem os mesmos, os arguidos agiram em conjugação e comunhão de esforços na sequência do plano estabelecido com o propósito de obterem avultados benefícios ilegítimos, bem sabendo que punham em crise "a fé publica inerente a títulos de credito". Ao fabricarem uma carta / declaração justificativa da proveniência dos cheques, os arguidos agiram, de igual forma, com o intuito de levarem a bom termo os seus desígnios e obterem um provento ilícito que não lhes era devido, bem sabendo que o teor dessa carta / declaração não correspondia à verdade.

Ao pretenderem depositar os cheques no Millennium BCP, Agência da Benedita, sendo o J. P. o eleito para levar a cabo essa missão.

Os arguidos agiram na sequência do plano traçado e a que todos aderiram.

Os arguidos agiram com o propósito de criar no funcionário daquela Agência a convicção que os cheques tinham sido validamente emitidos e assinados, e para o efeito fizeram-se munir de uma declaração a justificar a proveniência dos mesmos, visando desta forma obter avultados benefícios ilegítimos no montante de 10.090 466,46 euros, e causar à empresa publica Metropolitano de Lisboa EP, um prejuízo patrimonial gigantesco, com consequências para o seu funcionamento.

Todavia, não lograram os arguidos atingir os seus desígnios pelas circunstâncias supra descritas, de todo alheias à vontade daqueles.

Mais sabiam os arguidos que estas condutas acima descritas eram proibidas e punidas por lei.

O arguido C. H., agiu deliberada livre e conscientemente bem sabendo que o sistema informático da instituição bancária onde trabalhava, bem como toda a informação que continha, apenas podia ser usado para o desenvolvimento da entidade bancária desta;

Sabia também que não podia copiar o seu conteúdo para uso pessoal ou de qualquer outra pessoa e que essa informação era sigilosa e confidenciai, apenas dizendo respeito ao Millenium BCP e aos seus clientes e à vida pessoal destes, não podendo ser usada para outros fins.

Ao retirar da base de dados informação que veio a ser -lhe apreendida e a que se aludiu supra, o arguido quis alcançar um benefício ilegítimo com a sua conduta, bem sabendo que violava os seus deveres profissionais enquanto funcionário bancário.

Mais sabia o arguido que esta conduta era proibida e puni da por lei.

Pelo exposto, cometeram os arguidos A. F., C. H., R. P., A. B., J. P. e J: F., em co-autoria material, e em concurso real, nos termos do art. 30º do Cód. Penal, os seguintes crimes:

- Um crime de falsificação de documentos p.p. pelo artº 256, 1 al. a) e c) e nº 3 por referência ao art. 255º al. a) do Cód. Penal;

- Um crime de falsificação de documentos p.p. pelo artº 256, nº1 al. a) e c) por referência ao art 255º al. a) do Cód. Penal;

- Um crime de burla qualificada na forma tentada p.p. pelas disposições conjugadas dos art, 22º, 23º, 217º nº 1 e 218º nº 1, al. a) por referência ao art. 202º al. b) do Cód. Penal.

Cometeu ainda, o arguido C. H., como Autor material:

- um crime de acesso ilegítimo p.p. pelo art. 7º nº 3 al. a) e b) da Lei nº 109/91 de 17 de Agosto;

- um crime de devassa por meio de informática p.p. pelo art. 193º nº 1 do Cód. Penal. (...).

2. Excertos do recurso

“Por duto Acórdão proferido pelo Tribunal Coletivo da Comarca de Alcobaça, 1º Juízo, foi o arguido J. P. condenado, pela prática, em coautoria e em concurso real:

Um crime de falsificação de documentos, previsto e punível pelo artigo 56º, nº 1, a) e c), com referência ao artigo 255º, a), ambos do Código Penal, na pena de dois (2) anos de prisão;

Um crime de falsificação de documento, previsto e punível pelo artigo 256º, nº 1, a) e c), com referência ao artigo 255º, a), ambos do Código Penal, na pena de dez (10) meses de prisão;

Um crime de burla qualificada, na forma tentada, previsto e punível pelas disposições conjugadas dos artigos 22º, 23º, 73º, 217º, nº 1, 218º, nº 2, por artigo 202º, b), todos do Código Penal, na pena de dois (2) anos de prisão;

Efetuando o cúmulo jurídico destas penas, nos termos do disposto no artigo 77º do Código Penal, condena-se o arguido J. P., na pena única de três (3) anos de prisão;

Ao abrigo do disposto nos artigos 50º e 51º do Código Penal, suspende-se a execução da pena prisão fixada ao arguido J. P., pelo período de cinco (5) anos, sujeitando-se às seguintes condições:

Acompanhamento a realizar pelo RRS, que elaborará relatórios semestrais, a enviar aos autos;

Entrega, no prazo de sessenta dias, de 500,00 ao CEERIA de Alcobaça, comprovando nos autos, até dias sobre o termo daquele prazo, essa entrega.

O tribunal considerou PROVADOS os seguintes factos com relevância para a decisão da causa, no que tange ao arguido J. P., ora recorrente diz respeito:

“O arguido C. H. ... era à data dos factos ... funcionário do Banco Comercial Português ...”.

“... o arguido tinha acesso à base de dados de clientes, moradas e contas do BCP.”

“Foi então gizado um plano, no qual participou, pelo menos, o arguido C. H., que consistia em este, mercê da sua actividade profissional, aceder a dados bancários de clientes e, na posse desses dados, proceder-se ao “fabrico de cheques” que posteriormente seriam depositados em determinada conta bancária e, uma vez creditados esses valores, os mesmos, seriam sujeitos a transferências, tudo culminado com a repartição do dinheiro entre todos os intervenientes.”

“Para concretização do aludido plano, ... titular de um saldo disponível.”

“Ao aceder ao sistema informático do banco ... o arguido ... elegeu como alvo o METROPOLITANO DE LISBOA EP, por ter constado a existência de elevadas verbas no seu saldo bancário e ainda por verificado que se encontrava pendente uma requisição de cheques, o que lhe permitiu apurar os números de cheques que iriam ser emitidos e enviados à ...”

“Desta forma, logrou estipular os números que deveriam constar dos cheques a fabricar, e ainda, obter elementos referentes ao número de conta, código do banco e da sucursal, fichas de assinaturas e valores a inscrever nos ditos cheques.”

“Para o efeito, ... retirou do sistema informático do Banco toda a documentação imprescindível para o efeito ...e que constam de fls. (...) ...”

“Assim, na concretização do plano traçado, o arguido ... transmitiu a pessoa que não foi possível identificar, os seguintes elementos, que obrigatoriamente deveriam estar presentes nos cheques.”

“número de conta ...”

“os números dos cheques a utilizar ...”

“os montantes a inscrever nos cheques, ...”

“Além disso efetuou um ... para tornar possível a cópia das assinaturas constantes da ficha de assinaturas, e sua aposição nos cheques a fabricar, ... e outra do Presidente da empresa, Eng. (...) e forneceu todos os elementos que deveriam constar ..., dando indicações sobre os elementos que deveriam constar do rosto dos cheques ...”.

“Após obtenção de tais elementos, foi providenciada a impressão dos três cheques, o que veio a ocorrer em lugar não concretamente apurado.”

“No desenvolvimento do mencionado plano, pelo menos o arguido C. H. procurou a colaboração, também pelo menos, do arguido A. B. a quem deu conhecimento do mesmo, e que acedeu em colaborar na sua concretização.”

“Passando ambos a colaborar de forma integrante na concretização do plano em causa, agindo em conjugação de esforços, de comum acordo, e mediante tarefas distribuição de tarefas.”

“O arguido R. P. forneceu ao arguido Cristiano Hipólito os elementos constantes do documento (...), mais precisamente o seu IBAN: ... e o NIB: ..., referente à conta que era titular no Banco Nacional de Crédito, sucursal de Campo de Ourique.”

“... o arguido A. B. estava incumbido de angariar indivíduos que, num primeiro momento, depositariam os cheques, devendo, para o efeito, entregar-lhes toda a documentação necessária para a concretização dos factos, bem como indicar-lhes a conta do destinatário final, servindo, assim, como elo de ligação entre estes e, pelo menos, o arguido C. H..”

“Na sequência disso, o arguido A. B. expôs e apresentou o plano em causa a um seu primo, o arguido J. F., que acedeu a colaborar com o mesmo, em obediência ao plano urdido, providenciando pela angariação de um terceiro, que abriria uma conta bancária para o efeito e que procederia ao depósito de três cheques fabricados do ...”

“Para tanto, o arguido J. F. contactou o arguido J. P. que, após conhecimento do plano, decidiu anuir ao mesmo e colaborar para a prossecução, em conjugação e comunhão de esforços, com, pelo menos, arguidos C. H., A. B. e J. F..”

“Por esta atuação, o A. B. acordou com os arguidos J. P. e J. F. que estes receberiam a final montante económico não concretamente apurado.”

“Os arguidos J. P. e J. F. escolheram a agência do ... da Benedita para o primeiro abrir a conta onde seriam depositados os cheques, pela circunstância do primeiro conhecer o gerente daquela agência, o que, em seu entender, facilitaria o depósito dos cheques.”

“...mas seguramente antes do dia 18 desse mês, o arguido J. P. contactou o gerente ... (...) ... deu-lhe conhecimento que pretendia abrir uma conta bancária ... a fim de depositar na mesma cheques de elevado montante, sem precisar o seu valor.”

“No dia 18 de Março de 2005, o arguido J. P., dirigiu-se ..., local onde abriu uma conta bancária, com a quantia de 250 euros.”

“Em concretização do plano traçado, pelo menos, pelo arguido C. H. e a que os arguidos A. B., J. F. e J. P. aderiram, em data não determinada do mês de Março de 2005, mas seguramente anterior ao dia 24 desse mês, o arguido A. B. entregou aos arguidos J. P. e J. F., os três cheques fabricados nas circunstâncias já descritas e dos quais constavam os elementos fornecidos pelo arguido C. H..”

“Tais cheques, perfazendo no total a quantia de 10.090.466,46 €, todos emitidos à ordem de J. P., ...”

“Em todos os cheques, datados de 22 de Março de 2005, ... e ainda as assinaturas do ..., e do Presidente da Empresa, Eng. (...).”

“Nos referidos cheques fora igualmente aposto um carimbo com os dizeres ..., que não correspondia ao carimbo utilizado por aquela empresa.”

“O arguido A. B. entregou-lhes ainda uma folha A4 da qual constava a indicação da conta para onde posteriormente deveria ser transferido o dinheiro, da qual era titular o R. P., no Banco Nacional de Crédito, com a indicação do IBAN: ..., o NIB: ..., e o SWIFT: ..., folha onde constava igualmente o nome R. P..”

“No dia 24 de Março de 2005, cerca das 13H00, o arguido J. P. dirigiu-se à Agência do Millennium BCP, na Benedita, para depositar os cheques na conta bancária que previamente abrira.”

“Todavia, atento aos montantes apostos nos cheques, o funcionário da referida Agência que o atendeu informou-o que só poderia proceder ao depósito se os cheques fossem acompanhados de uma declaração justificativa da proveniência do dinheiro.”

“O arguido J. P., confrontado com esta exigência, levou consigo os cheques e combinou com o funcionário que o atendeu que voltaria, no dia 28 de Março seguinte,

munido da declaração para depositar os cheques, tendo aquele ficado com a fotocópia dos mesmos.”

“..., o arguido J. P. contactou o arguido J. F. e inteirou-o da necessidade de obtenção da referida declaração, tendo este se prontificado a contactar o A. B. para que fosse forjada uma declaração, supostamente do Metropolitano, a justificar a proveniência dos cheques.”

“Inteirado dos factos, o arguido A. B., encetou contactos para que fosse providenciada o fabrico de uma carta / declaração em papel branco A4 com a indicação ...e dirigida a J. P. ...”

“Nesta carta / declaração constavam as assinaturas supostamente feitas pelo Presidente do Conselho de Gerência, Eng. (...) e “... No seu conteúdo fazia-se referência ao legítimo representante do Metropolitano, ..., e justificavam-se os cheques com indemnizações de frações de terreno cedidas pelo arguido J. P. ao ...”

“Em data não apurada, mas situada entre os dias 24 e 29 de Março de 2005, o arguido A. B. entregou ao arguido J. F. a carta / declaração fabricada da forma descrita.”

“No dia 29 de Março de 2005, cerca das 15H00, na posse daquela carta / declaração e dos três cheques, os arguidos J. P. e J. F. dirigiram-se ao ...”

“Aí chegados, o J. P., munido dos cheques e da carta / declaração, entrou na Agência do Millenium BCP, enquanto o arguido J. F. o ficou a aguardar no exterior, no veículo Seat Ibiza, propriedade deste último, e no qual se fizeram transportar até à Benedita.”

“Depois de aguardar que fosse atendido pelo subgerente daquela agência, (...), e no momento em que este, para este efeito, se lhe dirigiu, o arguido J. P. foi abordado pelos inspetores da Polícia Judiciária que se deslocaram ao local, ..., os quais, combinados com o aludido subgerente, aguardavam no gabinete deste a chegada do arguido.”

“Na sequência da detenção ao arguido Joaquim Pavoeiro então realizada, foram-lhe apreendidos ...”

“Por sua vez, ao arguido J. F. foram apreendidos ...”

“Mercê das suas funções, o arguido C.H. ...”

“Mais tinha acesso a todos ...”

“No decurso de tempo ...”

“Tais cartões encontravam-se, na sua maioria ...”

“Mercê das suas funções ...”

“Mais retirou cheques em branco ...”

“Os mencionados cartões, ...”

“O arguido C. H ... aceitou a participar no descrito plano, formando a sua vontade com o objetivo de levar a bom termo os factos narrados, plano a que os arguidos A. B., J. P. e J. F. aderiram, passando a colaborar e conjugação e comunhão de esforços para atingirem os seus desígnios.”

“Ao fabricarem os cheques da forma descrita, com base nos elementos que obtiveram por acesso aos dados informáticos referentes à conta titulada pelo Metropolitano Lisboa EP no Millenium BCP, e ao utilizarem os mesmos, aqueles arguidos agiram em conjugação e comunhão de esforços, na sequência do plano estabelecido, com o propósito de obterem avultados benefícios ilegítimos, apoderando-se das quantias tituladas pelos cheques, as quais seriam entre eles repartidas, bem sabendo que punham em crise a fé pública inerentes àqueles títulos de crédito.”

“Ao fabricarem uma carta / declaração justificativa da proveniência dos cheques, aos mesmos arguidos agiram, de igual forma, com o intuito de levarem a bom termo os seus desígnios e obterem um provento ilícito que não lhes era devido, bem sabendo que o teor dessa carta / declaração não correspondia à verdade.”

“Ao pretenderem depositar os cheques no Millenium BCP, Agência da Benedita, sendo o J. P. o eleito para levar a cabo essa tarefa, os arguidos C. H., A. B., J. F. e J. P., agiram na sequência do plano traçado a que todos aderiram.”

“Os referidos arguidos agiram com o propósito de criar no funcionário daquela Agência a convicção de que os cheques tinham sido validamente emitidos e assinados, para o efeito fizeram-se munir de uma declaração a justificar a proveniência dos mesmos, visando desta forma obter avultados benefícios ilegítimos no montante de 10.090.446,46

€, e causar à empresa pública Metropolitano de Lisboa EP, um prejuízo patrimonial de, pelo menos, correspondente valor, com consequências para o seu funcionamento.”

“Só não lograram atingir os seus desígnios pelas circunstâncias supra descritas, de todo alheia às suas vontades.”

Mais sabiam os aludidos arguidos que estas condutas acima descritas eram proibidas por lei.”

“O arguido C. H. ...; sabia também que não podia copiar o seu conteúdo para uso pessoal ou de qualquer outra pessoa e que essa informação sigilosa e confidencial, ...”

“Ao retirar da base de dados informação que veio a ser-lhe apreendida e a que se aludiu supra, o arguido quis alcançar um benefício ilegítimo com a sua conduta, ...”

III – FACTOS NÃO PROVADOS com relevância para a decisão da causa, no que ao arguido J. P., ora recorrente diz respeito:

“Que o arguido A. F., conhecedor das funções exercidas pelo arguido C. H., seu conhecido há alguns anos, no início do ano de 1994, sugeriu a este que fabricassem cheques para posteriormente serem levantados;”

“Que o arguido A. F. gizou ou participou no plano descrito nas alíneas 3) e 4) dos factos como provados.”

“Que o arguido C. M. forneceu ao arguido A. F. os elementos descritos em 8) dos factos considerados provados;”

“Que o arguido A. F. providenciou pela impressão dos cheques;”

“Que essa impressão foi efetuada numa tipografia situada algures em Santarém;”

“Que o arguido A. F., para levar a cabo o seu desígnio, se rodeou de outros indivíduos a quem deu conhecimento do plano, entre os quais os arguidos A, B. e R. P., agindo com eles em conjugação de esforços, de comum acordo e com distribuição de tarefas;”

“Que, em data não determinada, mas (...), o arguido C. H. solicitou ao arguido R. P. a utilização da conta bancária deste, dando conhecimento do plano em que ele participava;”

“Que o arguido R. P. acedeu a colaborar na execução desse plano;”

“Que o arguido C. H. transmitiu ao arguido A. F. os elementos fornecidos pelo arguido R. P., referidos em 13) dos factos provados;”

“Que o arguido R. P. teria o papel de destinatário final do dinheiro, uma vez creditado, seria levantado e repartido também entre ele, e também entre o arguido A. F.”

“Que o arguido A. F. incumbiu o arguido A. B. de angariar indivíduos com o objetivo referido em 13) dos factos provados;”

“Que o A. B. era o elemento de ligação entre os indivíduos que iriam procederão depósito dos cheques fabricados e um grupo do qual faziam parte os arguidos A. F. e R. P.;”

“Que o arguido A. B. acordou com os arguidos J. P. e J. F. que, cada um deles, pela sua atuação, receberiam a final um montante entre 40 e 50 mil euros e um montante cifrado em 700 mil euros, respetivamente;”

“Que o arguido J. P. quando contactou o gerente da agência da Benedita do Millenium BCP, e lhe deu conhecimento que aí pretendia abrir uma conta, tivesse informado este que nela ia depositar cheques na ordem dos 10 milhões de euros;”

“Que o arguido A. B. entregou aos arguidos J. P. e J. F. os cheques e folha A4 referidos 21) e 25) dos factos provados na concretização de um plano também traçado pelo arguido A. F..”

“Que o arguido J. J. P. se dirigiu à agência da Benedita do Millenium BCP, cerca das 15H00, no dia 24 de Março de 2005;

“Que, na sequência dos factos narrados em 28) a 30) dos factos provados, o arguido A. B. contactou o arguido A. F. e que este providenciou pelo fabrico da carta / declaração mencionada em 30) a 32) dos mesmos factos;”

“Que os arguidos A. F. urdiu o plano a que se referem as alíneas 46) a 50) dos factos provados, e que o arguido R. P. nele colaborou;” – cfr. (...).

“Que o arguido J. F. contactou o arguido J. P., informando-o da operação e do que tinha combinado com o arguido A. B., dado que atravessava dificuldades financeiras e corria o risco, se a transferência fosse efetuada para a sua conta, de a mesma ficar penhorada;” (...).

“Que, perante a exigência do funcionário da agência do Millennium BCP da Benedita da declaração justificativa da proveniência do dinheiro, e face a essa comunicação ao arguido A. B., este tenha referido que a administração do Metropolitano iria emitir tal declaração;” (...).

IV – Na motivação de facto o Douto Tribunal “a quo” formou a sua convicção decorrente na conjugação de diversos elementos de prova documentais (...), declaração dos arguidos J. P. e outros, da prova testemunhal, com o depoimento das testemunhas, que revelaram possuírem conhecimentos acerca dos factos a que depuseram e que mereceram credibilidade do Tribunal: (...)

Declarações do arguido J. P..

Após a ocorrência dos factos de que o ora recorrente é acusado e dos quais foi condenado, este foi sujeito a interrogatório judicial nos termos da lei processual penal.

Em consciência decidiu o ora recorrente usar do direito constitucional que lhe assiste e, assim sendo, relatou com a verdade e com a objetividade possível, o que factualmente havia sucedido.

Declarou no seu depoimento “ que se havia dirigido por quatro vezes à agência do Millennium da Benedita, onde pretendia sempre falar com o senhor gerente desta sucursal, que entregou as fotocópias dos três cheques que tinha na sua posse para verificação da autorização da operação, que de facto ... ali abriu uma conta nessa dependência. Que nunca tencionou efetuar qualquer depósito se a operação bancária não fosse devidamente verificada, autorizada e avalizada pelo gestor da conta do Metropolitano no Millennium, diretor hierárquico e auditoria ...”, conforme (...).

Em audiência de discussão e julgamento, o arguido e ora recorrente, usando novamente o direito consagrado na Constituição da República Portuguesa, proferiu

idênticas declarações frisando precisamente os mesmos aspetos factuais da sua defesa, que de resto correspondiam à forma como ocorreram os factos objeto do presente recurso, e disse nomeadamente:

a) Que o primo lhe pediu para fazer o depósito, pois não podia por si próprio abrir uma conta por ter problemas bancários, “... Ele disse que tinha problemas bancários ...” ⁶¹ e “... Não podia depositar os cheques na conta dele (...) porque tinha problemas bancários ...” ⁶², continuando a elucidar o Tribunal do motivo originário dos referidos problemas, “... Ele sabia que não andava a passar um bom bocado, com as empresas ...”, até porque ...Tinha uma conta na Nova Rede que não movimentava ...”, ⁶³.

b) Que não se sentia à vontade, por estarem envolvidos montantes tão avultados, daí sentir a necessidade de averiguar da legalidade do negócio e do seu eventual envolvimento, ... Isto é um bocado de dinheiro ...” ⁶⁴ “... era importante que o gerente soubesse ...” ⁶⁵ informou o primo que se dava bem com o gerente da balcão do Millennium da Benedita, “... Dou-me bem com o senhor que é o Sr. (...) ...”, ⁶⁶ e que o primo lhe sugeriu que falasse com o gerente para saber se poderia haver qualquer problema, “... Fala com ele e vê lá qual o problema que pode haver...” ⁶⁷.

c) Que nunca tinha tido lá a conta, mas que o (...), gerente do Balcão da Benedita do Banco Millenium, como amigo pessoal, logo lhe informaria se havia algum problema, cfr - declarações do arguido, (...) “... Passados uns dias falou com o (...) e passar pela minha conta ... Nunca teve lá uma conta ...” ⁶⁸, assim como o referido gerente de conta informou o ora recorrente que não parecia haver qualquer problema, em passar esse dinheiro por a sua conta, “... Não vejo problema nenhum, se for superior a 30.000 contos (trinta mil contos) isto é participado ao M.P., ⁶⁹. Mais informou o

⁶¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 452;

⁶² Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 465;

⁶³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 504;

⁶⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 504;

⁶⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 573;

⁶⁶ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 576;

⁶⁷ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 537;

⁶⁸ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 558;

⁶⁹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 573;

Tribunal que sempre pensou que esse negócio tinha a ver com os negócios do primo, já que o mesmo foi e é durante muitos anos, comerciante de loiça, conforme transmitiu ao gerente da agência do Millennium da Benedita, “... Isto deve ser da ... da loiça e para os seus negócios ...”.

d) Que quando chegou à Agência verificou que a porta do gerente estava fechada, “... Viu que a porta do (...) estava fechada?, Vi, ...”⁷⁰, que se encostou à parede “... Encostei-me à parede...⁷¹, que estavam várias pessoas na fila e que “...disse quero só falar com aquele senhor...”⁷², “ ... e daí um bocado o senhor (...) saiu do balcão chamou-me e fomos para o gabinete do Sr. (...)”⁷³ batem à porta, estavam lá 2 senhores dentro ...”,⁷⁴.

e) Que nessa altura tinha consigo “... os três cheques dentro do envelope, tinha um envelope com o NIB tinha lá isso dentro do envelope, naquele momento que era o NIB que era para transferir todo o dinheiro para essa conta ...”,⁷⁵.

f) Que esse envelope lhe foi “... entregue pelo primo (...) ... que estava dentro do carro e que não era para fazer o depósito, tanto é que não se colocou na fila, mas queria sim falar com o Sr. (...)”⁷⁶, e que o primo lhe disse que quando tudo estivesse resolvido era depois para passar para a conta com aquele NIB, sendo certo “... que só conhece o seu primo “... É só a ele que eu conheço...”⁷⁷.

g) Que “... o sr. (...) telefonou para um senhor chamado A. P. ...”⁷⁸, e que estava tudo bem, havia luz verde.

h) Que “... o primo prometeu-lhe que lhe dava alguma coisa para uns sapatos ...”

Findas as declarações do arguido e ora recorrente, a Senhora Juiz Presidente do Tribunal «a quo» proferiu a observação segundo a qual, estas últimas declarações do

⁷⁰ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 898;

⁷¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 902 a 922

⁷² Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 928;

⁷³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 948 a 953;

⁷⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 958 a 968;

⁷⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 980 e seguintes;

⁷⁶ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 998 a 1028;

⁷⁷ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 514 a 620;

⁷⁸ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado A, v. 789 a 796;

arguido, não correspondiam às então prestadas em sede de interrogatório judicial, designadamente com a seguinte expressão “Algumas coisas é verdade, outras nem tanto, mas eu vou ler-lhe as suas declarações” ⁷⁹.

A Exm^a Senhora Juiz Presidente do Tribunal «a quo» concluiu que “... afinal as incongruências ou divergências nos depoimentos não eram assim tantas ou tão grandes ...”, o que não ficou gravado porque a Exm^a Senhora Juiz Presidente mandou parar a gravação para fazer o requerimento nos termos do artigo 357º, nº 1 do CPP, confirmando-se em sequência a ausência de incongruências entre ambas as declarações.

Seguidamente, ouvido em Declarações o arguido R. P., este afirmou que “... a única pessoa que conhece de entre os arguidos presentes, é o arguido C. H. ...” ⁸⁰, pelo que não se demonstra qualquer relação entre esse arguido e o ora recorrente.

Mais e apesar de ter sido dado como provado que o arguido R. P. forneceu os seus dados bancários ao arguido C. H., e que o ora recorrente trazia consigo os elementos de identificação bancária do arguido R. P., não foi apurada qualquer prova do envolvimento deste arguido no desenvolvimento do crime, pelo que também em relação ao ora recorrente não podem ser retiradas quaisquer conclusões resultantes do facto de o ora recorrente transportar consigo no momento da detenção tais elementos bancários.

Até porque o arguido R. P. foi absolvido, o que é claramente contraditório com eventuais consequências retiradas desse documento com os intervenientes no pretenso “iter criminis”.

A própria testemunha como Presidente do Conselho de Gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P. teve conhecimento dos factos por informações obtidas do diretor financeiro, “constatando que as assinaturas naqueles apostas se assemelham bastante à sua verdadeira assinatura e à assinatura do diretor financeiro” (...).

Aliás, a supra identificada testemunha, afirmou:

⁷⁹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 1, lado B, v. 993 a 1017;

⁸⁰ Registo fonográfico do julgamento, cassete 2, lado B, v. 2232 a 2238;

*“as assinaturas que lá constavam era a minha e do diretor do Metropolitano do Dr. (...) ... a minha assinatura, esta assemelha-se à dos cheques, havia uma semelhança. Aliás, bastante, bastante...”*⁸¹.

Esta testemunha questionada sobre eventuais prejuízos provocados ao Metropolitano de Lisboa, afirmou:

*“não houve prejuízos”*⁸².

*Questionado ainda, sobre a veracidade e autenticidade da sua assinatura, este esclareceu: “eu reconheço-a como minha, repare, reconheço-a como minha”*⁸³.

Resultou do depoimento da testemunha, gerente da agência Millenium BCP da Benedita o seguinte:

Segundo o tribunal “a quo” no que concerne ao depoimento desta testemunha, prestou detalhados esclarecimentos acerca das circunstâncias em que o ora recorrente abriu a conta bancária, referindo: “... que na quinta feira santa do ano passado o arguido apareceu na dependência do Banco, pedindo para falar consigo, trazendo com ele os cheques, perguntando-lhe se podia transacioná-los”

Contudo, do depoimento desta testemunha podemos concluir que os factos não se passaram como o tribunal “a quo” os considerou. Isto é:

A testemunha, afirmou:

*“... tive uma primeira visita do Sr^o J. P. para averiguar qual a possibilidade de fazer um depósito de uma quantia avultada sem especificar valores, mais tarde é que abriu uma conta ...”*⁸⁴, *“... o assunto era um saco azul do metro, que era preciso, estava em tempo de eleições salvo erro, e era preciso transitá-lo antes da mudança do governo e a transação era toda feita dentro do Millenium ...”*⁸⁵, *“... não tinha os cheques na altura ...”, “... numa quinta-feira santa e, lembro-me que só trabalhávamos até ao meio-dia, aparece já com os cheques, pedindo para falar comigo ...”, “... não os ia depositar*

⁸¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado A, v. 2355 a 2392;

⁸² Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado A, v. 2450 a 2451;

⁸³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado A, v. 2843 a 2850;

⁸⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 66 a 90;

⁸⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 112 a 133;

naquele dia, nem eu os aceitava...”, “... vinha mostrar os cheques, sei lá, talvez para ver a veracidade dos cheques, para ver os cheques, para ver os valores...”⁸⁶, “... fiquei estupefacto com os valores dos cheques, não imaginava que eram valores daquela grandeza, o que me pareceu também tinha acontecido o mesmo com ele essa mesma situação ...”, “... pedi-lhe os cheques e tirei fotocópias ...”, “... tinha mandado um fax com a cópia dos cheques, para o meu diretor, ao gestor da conta do metro e para a auditoria ...”⁸⁷, “... tive os cheques, tive-os na mão e viu-os ...”.

Questionada esta testemunha se não notou nenhuma diferença nos cheques, afirmou:

“Não ...”, “... tive-os pouco tempo na mão, não me pareceram falsos ...”, “...os cheques pareciam bons...”⁸⁸, “... bons em termos de cheques, para todos os efeitos eram cheques bancários ...”⁸⁹.

Questionado ainda, sobre quem dava autorização para o pagamento dos cheques, este afirmou:

“... quem dá autorização para pagamento dos cheques é o gerente de conta ... é sempre o gestor da conta”⁹⁰, “... o senhor J. P. falou comigo três vezes sempre no meu gabinete ...”⁹¹.

Questionado, sobre quem era o gestor da conta do metro no Millenium BCP, este afirmou:

“... A. P. não o conheço mas agora recordo-me que era o gestor da conta do metro, era o nome que me faltou à bocado ...”⁹², “... não tinha a confirmação do pagamento do outro lado ...”, “... falei com ele na quinta feira santa ...”, “... mandei um fax dos cheques para a auditoria, gestor da conta e diretor hierárquico, para os três

⁸⁶ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 202 a 269;

⁸⁷ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 272 a 434;

⁸⁸ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 608 a 2234;

⁸⁹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 2256 a 2290;

⁹⁰ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 660 a 672;

⁹¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 921 a 932;

⁹² Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 1076 a 1084;

sítios ...”⁹³, “... fechavam ao meio dia ...”, “... se não fosse o valor o depósito era feito diretamente à caixa ...”⁹⁴.

A primeira testemunha da acusação, e segundo esta, apenas conhece os arguidos A. F. e A .B., nada tendo esclarecido quanto à matéria dos autos.

Contudo, entrou como testemunha e saiu como arguido, dado o seu depoimento indiciar graves e insanáveis contradições. “... havendo contradição do depoimento prestado pela testemunha (...) ...”⁹⁵.

Estranhando-se ainda mais, que a fls. 2058, do Douo Acórdão seja referenciada esta mesma testemunha, como testemunha merecedora de credibilidade por parte do tribunal “a quo” ...

As duas testemunhas seguintes, agentes da polícia judiciária nada acrescentaram de novo, onde os seus depoimentos não mereceram qualquer reparo em sede de contraditório.

Seguidamente passou-se à seguinte testemunha da Polícia Judiciária, resultando o seu depoimento no seguinte:

“... como chefe de brigada compete-me gerir os meios, distribuir tarefas e definir tarefas, coordenar a investigação ...”⁹⁶.

Questionado pelo Ministério Público sobre a falsificação dos cheques, esclareceu: “... não senhor, o que consta dos autos é que havia possibilidade ter sido fabricados numa tipografia algures em Santarém, e tão, somente, isso, nós não conseguimos determinar mais do que isto”, “... chegámos ao C. H. através do R. P. ...”, “... O C. H. referiu com muita dificuldade e acabou por falar no nome dos restantes arguidos, não tinha obviamente os nomes completos, mas referiu os nomes de todos eles...”⁹⁷..

⁹³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 3, lado B, v. 1295 a 1462;

⁹⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete B, lado B, v. 1480 a 2320;

⁹⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 15 a 45;

⁹⁶ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 3087 a 3100;

⁹⁷ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 24 a 147;

Esta testemunha referiu um aspeto de fulcral importância: “... do primeiro ao último elo não tinham (os arguidos) conhecimento uns dos outros ...”⁹⁸.

Quando questionada sobre a identidade do António Parente, gestor de conta do metro no Millenium BCP, como atrás se apurou e cujo nome consta dos autos:

“... O A. P. seria o senhor A. B. ...”⁹⁹.

Referenciou ainda, um outro aspeto muito relevante, sobre a pretensa falsificação:

“... Tive os cheques na mão concerteza, os cheques tiveram na minha mão, não era fácil visivelmente a um homem comum verificar se eram falsos ... parece que não era fácil (a distinção) porque a contrafação era boa ...”¹⁰⁰.

Questionado, acerca da eventual ligação entre os arguidos, J. P. e J. F. e o arguido C. H., a testemunha esclareceu:

“... o J. P. e o J. F., quem fazia o elo de ligação entre estes dois e o arguido C. H., era o senhor A. F. e o A. B. ...”¹⁰¹.

A testemunha fundamenta a sua convicção nas informações transmitidas pelos arguidos, e, depois pelas anterior testemunhas da acusação.

Questionado pelo Meritíssimo Juiz do Coletivo, sobre a identidade do senhor A. P, este, respondeu:

“... para nós o senhor A. P. era e será o A. B. ...”, “... e em relação ao gestor de conta, este nome não me diz nada ...”¹⁰².

A testemunha da Acusação R. F., agente da Polícia Judiciária, o seguinte:

“... Tomei conta do processo, cerca de após um mês ...”, “... o senhor R. P. prestou-se a colaborar e indicou-me um outro nome só, o senhor C. H....”, “... Também tinha no seu computador o NIB e o IBAM do senhor R. P. e o seu nome ...”, “... sim, sim perfeitamente, recordo-me do que foi lá encontrado ...”, “... o NIB e o IBAM não

⁹⁸ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado B, v. 520 a 535;

⁹⁹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 575 a 590;

¹⁰⁰ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 718 a 742;

¹⁰¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 940 a 992;

¹⁰² Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 1420 a 1460;

estava no computador, era uma indicação feita em computador mas não estava no computador ...”, “... quando falámos com o senhor C. H. foi muito colaborador de facto, contou quem teria participado em todo o esquema, foi a única pessoa que referiu o A. F. foi o senhor C. H. ...”¹⁰³, “... fiquei com a ideia que o mentor seria o A. F. que conhecia o C. H....”, “... o senhor R. P. surge, o dinheiro depois de depositado seria transferido para a conta com esse NIB ..., o que o senhor R. P. confirmou...”¹⁰⁴.

Mais esclareceu e afirmou que:

“... não sabe onde foi falsificada a declaração ...”, “... foi aventada a hipótese que teriam sido feitos para o lado de Santarém, mas nunca conseguimos referenciar ...”¹⁰⁵.

Esta testemunha questionada pelo M. P. sobre a hipótese, se a investigação poderia ter ido mais longe? Ao qual respondeu:

“... acho que poderia ter ido mais longe, mediante a postura que os arguidos adotassem ... o senhor A. B. recusou-se a prestar declarações e não conseguimos ir mais longe...”¹⁰⁶.

A testemunha, foi ainda questionada sobre a sua afirmação, que quem poderia fazer a ligação entre o grupo de Alcobaça, e o grupo do Barreiro, seria o senhor A. B. e, se tinha assistido a alguma reunião com os arguidos, este, respondeu:

“... não assisti a nenhuma reunião ...”, “... ouvi esse nome? desse senhor A. P.?.;...não me recordo ...”; “... não sei se esse senhor seria o gestor da conta do metro ...”¹⁰⁷.

A testemunha, foi questionada sobre o “modus operandi” deste tipo de crime, tendo a Meritíssima Juiz Presidente, intervindo, não se obtendo assim tal esclarecimento, que seria de fundamental interesse¹⁰⁸.

¹⁰³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 4, lado A, v. 1790 a 2459;

¹⁰⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado A, v. 2490 a 2998;

¹⁰⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado A, v.3297 a 3418;

¹⁰⁶ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado A, v. 3450 a 3965;

¹⁰⁷ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 594 a 843;

¹⁰⁸ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, V. 1042 a 1054;

Ainda questionada a testemunha porque é que os senhores inspetores não deixaram depositar os cheques?

Esclarecendo:

“... presumo que no plano há referência a esse caso e à altura , do que nos foi dito, o dinheiro seria depositado na conta do senhor R. P. e depois para outra conta...”, “... foi colaborante o arguido C. H. arranjar um advogado ...”, “... não conseguimos apurar quem foi o autor dos documentos de fls. 45 ...”¹⁰⁹.

A testemunha, confrontada se conhecia o senhor A. P. afirmou:

“... A. P. eu sabia que conhecia esse nome ...”, “... confesso que não investigámos esse nome ...”, “... foi falado em gerentes de bancos, não me recordo, não me recordo...”¹¹⁰.

Questionado por ultimo, pelo Meritíssimo Juiz do Coletivo se: “nunca ouviu esse nome do A. P.? “... Não”

Assim, face ao depoimento da testemunha supra identificada, e, com o devido respeito, que é muito, não se entende, que o Tribunal “a quo” forma-se a sua convicção, num breve resumo das suas motivações, tão só e apenas, que: O mesmo precisou quais as diligências investigatórias realizadas, e a forma como foi apurada a participação de cada um dos arguidos nos factos submetidos a julgamento.

Uma nova testemunha, que resultando o seu depoimento no seguinte:

Questionada a testemunha sobre a operação levada a cabo pela Polícia Judiciária, disse:

“... havia informação que iriam ser entregues uns cheques no BCP na Benedita e, montamos o nosso dispositivo ...”, “... não me recordo das horas exatas mas por volta das 15.00 horas não me recordo do dia ...”, “... montámos o dispositivo de manhã ...”,

“... à entrada do banco o senhor J. P., não posso descrever porque não estava a visionar eu estava numa sala à espera que o Sr. Pavoeiro fosse encaminhado ...”, “... eu não sabia quem era o senhor J. P. foi-me encaminhado, ... havia já um pré-acordo com o

¹⁰⁹ Registo fonográfico do julgamento, cassette 5, lado B, v. 1289 a 1475;

¹¹⁰ Registo fonográfico do julgamento, cassette 5, lado B, v. 1598 a 1658;

*funcionário do banco quando o fulano fosse entregar os cheques fosse encaminhado para a sala e foi assim ...”, “... ele estava com os cheques e foi encaminhado pelo funcionário do banco para aquele compartimento ...”*¹¹¹

Questionado se o arguido J. P. estava encostado à coluna no átrio, disse:

*“... que eu me recorde, não ...”, “... ele foi encaminhado para a sala ...”*¹¹².

Questionado ainda se o arguido J. P. se encontrava junto do público, respondeu:

*“... não, não ...”, “... ele vinha com uns cheques com uma mala apreendemos uns cheques e alguma documentação ...”*¹¹³.

Perguntado sobre um documento / declaração, disse:

*“... recordo sim, trazia sim senhor ...”, “... trazia um IBAN não se recorda do nome do documento que constatava no documento, não me recordo, não me recordo ...”*¹¹⁴, *“... cá fora foi-nos dito que ele o J. P. tinha chegado ao local, que tinha vindo com o arguido J. F., numa viatura que era um Seat Ibiza, fomos lá fora e abordámos o senhor, o senhor J. F. que estava estacionado nas traseiras do Edifício, cá fora estava esse senhor ... não me recordo muito bem não foi apreendido nada, não se recorda se alguma coisa foi apreendida ...”, “... foi apreendida uma folha que seria o plano gizado ...”, “... eu não tinha contacto visual com o senhor J. P., não sei se foi logo se esperou se não esperou, isso não lhe consigo responder se o público se apercebeu de alguma coisa ... não, penso que não, foi feita com muita descrição ...”*¹¹⁵.

Questionado sobre o documento supostamente com o “modus operandi”, disse:

“...a única que se assemelha não será um plano para cometer um crime, na folha dizia passo a passo o que ele tinha que fazer para depositar os cheques quando chegou ele disse que os ia depositar mas não os depositou ...”, “... penso que não, não tenho acesso

¹¹¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 1798 a 2014;

¹¹² Registo fonográfico do julgamento, cassete 5. Lado B, v. 1798 a 2014;

¹¹³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2076 a 2129;

¹¹⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2132 a 2174;

¹¹⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2132 a 2486;

a essa informação, quer dizer os cheques ficaram em nosso poder deduzo que não os depositou ...” ¹¹⁶.

Perguntada a testemunha em que momento é que ele, o arguido J. P. os tentou depositar?

“... em que momento? penso que terá sido quando contactou com o funcionário do banco e nesse momento o funcionário do banco o terá levado ao meu encontro, isto sou eu..., porque eu não tive contacto visual, não é, para ver se o senhor J. P. estava para depositar ou não, isso não lhe posso responder ...”, “... agora, se tivermos um raciocínio lógico, ele tem três cheques com ele, já não era a primeira vez que lá ia no sentido de depositar que já tinha dado essa intenção daí ser pedida a declaração e ele ter arranjado essa declaração, a intenção dele, penso eu que é clara, que era depositar os cheques ...” ¹¹⁷.

Questionado se o arguido J. P. tentou depositá-los, disse:

“... não lhe posso responder ...” ¹¹⁸.

Perguntado, sobre a origem dos cheques e se eram para depositar e onde iam o cheques, a testemunha respondeu:

“... os cheques eram levados numa pasta, e quem tinha os cheques, já disse, que o senhor J. P. os levava numa capa ...” ¹¹⁹.

Perguntado, então o funcionário (banco) não os levava com ele?

“... não.”, “... demos ordem ao funcionário que lá estava em substituição do gerente que se encontrava de férias ...”

Perguntada a testemunha, se tinham dado ordem aos caixas e se o arguido J. P. levava algum talão de depósito preenchido na mão?

Respondeu:

¹¹⁶ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2583 a 2635;

¹¹⁷ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2640 a 2719;

¹¹⁸ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2725 a 2736;

¹¹⁹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2820 a 2834;

*“... eu não dei, eu não dei, não sei se algum colega os deu, não dei ... não é do meu conhecimento que havia um talão preenchido, nenhum talão de depósito preenchido ...”, “... eu não estava no átrio, eu estava numa sala ...”*¹²⁰.

Perguntada a testemunha o que é necessário para fazer um depósito bancário, disse:

*“... tem que dirigir ao local onde há um talão de depósito preencher e ir ao balcão, em princípio, mas há os depósitos rápidos que não é preciso ir ao balcão ...”, “... o que eu disse foi, fazendo um raciocínio lógico, o que estava naquela folha, (fl. 45), e da minha dedução a elencagem dos passos e pontos para depositar aqueles cheques, ... daí eu fazer esse raciocínio que pode estar errado, mas é o meu raciocínio ...”*¹²¹, *“... tínhamos uma ideia que iriam .ser depositados 3 (três) cheques do BCP MILLENIUM do Metropolitano de Lisboa ... na altura era ainda uma suposição ... como lhe disse estava de serviço de prevenção foi-me dito pela minha chefia de ..., desloquem-se para o local esta situação em princípio irá decorrer ...”, “... o que nós dissemos ao Sr. Funcionário que quando chegasse a pessoa, eu não sabia quem era o senhor J. P., com os cheques para os depositar fosse encaminhado para aquela sala aquela reservada e que nós depois falaríamos com ele ...”*¹²².

Questionada a testemunha sobre o arguido J. F., disse:

*“... Tive intervenção na abordagem ao senhor J. F., ... foi feita a revista no momento à viatura e a ele ... que eu me recordo não foi encontrado nada com relevância para os autos ...”, “... na revista pessoal ao senhor J. F. eu não participei ...”, “... eu fiz a abordagem, fizemos mais que 1 (um) elemento por questões de segurança, não sabíamos quem era o senhor J. F., daí deslocar-mos alguns elementos, depois regresssei e fui de novo para o interior da agência ...”*¹²³.

Perguntada a testemunha pelo Meritíssimo Juiz do Coletivo, se as ordens que lhe tinham sido dadas superiormente, consubstanciavam-se, nos senhores deviam deixar

¹²⁰ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 2917 a 3018;

¹²¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 5, lado B, v. 3145 a 3642;

¹²² Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado A, v. 79 a 284;

¹²³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado A, v. 293 a 445;

concretizar o depósito dos cheques ou se deviam evitar o depósito dos cheques?

Respondeu:

“... as coisas não foram postas assim, mas ordens específicas nesse sentido não ...”, “... não me recordo quem era o inspetor mais velho ... mas ordens eram apreender os títulos e deter a pessoa que os levava ...” ¹²⁴.

Resultou do depoimento de outra da Polícia Judiciária o seguinte:

“... no momento em que o senhor J. P. entrou na agência eu estava cá fora, estava no exterior ...”, “... nós tínhamos indicação que seria um vendedor de automóveis e que o senhor J. P. estava de fato e gravata, e calculámos que fosse essa pessoa que nos tinham indicado ...”, “... nós tivemos a comunicação que efetivamente que o senhor J. P. foi à agência para depositar os cheques e nesse momento, então, fizemos a abordagem ao senhor que levou o senhor J. P. ... fizemos na agência a revista pessoal e posteriormente fizemos uma revista à viatura ...”, “... na Assessor fomos ao gabinete do senhor J. P., encontrámos alguns papéis um manuscrito, uma folha branca manuscrita a azul, e que depois viemos a concluir onde estava todo um plano do depósito dos cheques onde tem as contas onde o dinheiro iria ser depositado ...”, “... sim questionámos o arguido J. P., lá na altura, ele balbuciou um pouco, não deu resposta concreta., disse também que não sabia se era dele, portanto foi uma resposta hesitante, naquela altura não disse nada de concreto ...”, “... sim havia papéis manuscritos, agora já não me recordo, se encontrámos na residência, se estava no gabinete ou se estavam com o próprio J. P., talvez uma pasta, que eu penso que levava na mão, porque fui à agência ...”, “... entrámos na agência já depois de termos abordado o senhor J. F. ...”, “... o senhor J. P. entrou na agência estava lá uma equipa, agora não sei como os meus colegas que estavam na agência o modo como é que procederam, sei que tivemos a comunicação que era aquela pessoa que a gente procurava, mas tivemos a indicação para abordar o outro senhor, abordámos o outro senhor e levámo-lo também para dentro da agência ...” ¹²⁵.

¹²⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado A, v. 613 a 782;

¹²⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado A, v. 920 a 1368;

Mais uma testemunha depôs, resultando:

“... tinha-mos instruções para fazer uma eventual detenção de uma pessoa que iria lá efetuar um levantamento de uns cheques ...”, “... eu estava no interior, julgo com o meu colega, já não tenho a certeza ...”, “... nós estávamos no interior da dependência bancária e foi-nos apresentado por um dos funcionários bancários, não me recorde do nome dele, foi-nos apresentado o senhor J. P., com os cheques do Metropolitano e com a declaração do Metropolitano, julgo, a autorizá-lo a efetuar o levantamento dos cheques, eu digo julgo, porque estou a esforçar-me para me lembrar, que foi assim, nós tínhamos a indicação que ele já tinha estado já nessa dependência bancária e que faltariam e que ele os ia obter e os ia apresentar nesse dia, a operação foi montada nesse sentido, aguardar que ele lá fosse para efetuar o levantamento com os ditos documentos ...”¹²⁶, “... a dependência era bastante pequena, por essa razão optámos obter uma sala onde pudéssemos aguardar o desenrolar da situação...o funcionário bancário levou o senhor J. P. à nossa presença e perguntámos-lhe o que ele estava ali a fazer, e, não me recorde se lhe perguntámos o nome, mas perguntámos-lhe o que ele ia e estava a fazer, e ele disse que tinha ido de facto levantar os cheques ... para depositar os cheques, no momento não houve dúvidas do que ele ia fazer ... foi os termos que eu usei agora levantar / depositar, mas a questão ali seria, julgo, forçosamente mesmo depositar, era aquilo que se aguardava, porque recorde-me da existência de uma conta bancária onde os cheques seriam depositados, seria uma coisa desse género ...”, “... ele tinha uma capa ou uma pasta onde existia a famosa declaração, e tinha os cheques, para além disso, recorde-me também, de umas referências bancárias, se não me falha a memória, um número de conta bancária daqueles números utilizados para transferências internacionais, seria um IBAN, eu julgo que foi por aí, havia mais números, mas neste momento tenho receio de fazer confusão, porque depois nós na casa do senhor J. P., encontrámos um outro papel que tinha a haver com procedimentos abertura de conta, transferências de dinheiro, eu julgo o que encontrámos no banco era o que tinha o IBAN, mas estará com certeza no processo...”, “... na casa do senhor J. P.,

¹²⁶ Registo fonográfico do julgamento, cassette 6, lado A, v. 2216 a 3997;

não, nós não encontramos na casa do Pavoeiro, encontramos no local de trabalho, eu enganei-me à pouco, foi no stand da Renault o papel dos procedimentos, criar uma conta, transferir, aquilo chamou-me à atenção, e justo que se adequava perfeitamente à situação que nós tínhamos encontrado, quis-me parecer, já de situações anteriores, que aquilo seria uma espécie de errata ou de memorando para procedimentos a tomar, eu possivelmente perguntei-lhe da proveniência do papel, mas não me recordo da resposta dele, isso não recordo...”¹²⁷.

Questionada a testemunha, se tinha ordens para depositar ou para deixar depositar, o que respondeu:

“... não senhora, isto é, eu tenho indicações da minha chefia sobre as atitudes a tomar, a partir daí não lhe posso dar mais esclarecimentos ...”¹²⁸.

Perguntada a testemunha quais as acções tomadas, perante o arguido Joaquim Fernandes, e se este estaria cá fora, respondeu:

“... eu não vi, soube depois falámos, já não me recordo, não sei, sei o que ouvi dizer pelos meus colegas ...”, “... o objetivo era dar um flagrante a um individuo que se propunha efetuar uma operação bancária numa dependência bancária, prevendo a hipótese de apanhar em flagrante delito ...”, “... a indicação que eu tinha, era justamente se o referido senhor lá aparecesse com os referidos cheques era detê-lo, se ele fez algo antes ou depois, não sei, nós estávamos no interior do banco na sala ...”¹²⁹.

Questionada a testemunha, onde estavam os cheques?

Respondeu:

“... Isso já não me lembro, isso já não sei dizer...os cheques estavam com o senhor Pavoeiro, se na mão, na pasta, isso já não me lembro...não me recordo se os cheques estavam na mão do funcionário, isto que fique claro, que os cheques estavam com o senhor J. P., eles eram dois ou três, não tenho a certeza se havia um que estava na mão do funcionário, quando ele veio com o senhor J. P., isso é que eu penso que

¹²⁷ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 4 a 467;

¹²⁸ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 500 a 512;

¹²⁹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 523 a 610;

aconteceu, estamos a falar de três cheques, dois estavam com o senhor J. P. com toda a certeza absoluta, não me lembro se na pasta na carteira dele, se no bolso do casaco, na pasta lembro-me que estava o referido IBAN, e o terceiro cheque tenho quase a certeza, não tenho a certeza absoluta, que vinha na mão do funcionário..."¹³⁰.

Questionada a testemunha sobre a quatro versões onde estavam os cheques, os cheques ou vinham dentro de uma pasta?

Os cheques estavam os três na mão do senhor Pavoeiro?

Os cheques estavam dois na mão do senhor Pavoeiro e um na mão do senhor funcionário bancário?

Os se os cheques estavam os três na mão do senhor funcionário?

A testemunha de acusação respondeu:

*"... efetivamente não me recordo se os cheques estavam dentro da pasta, se estavam no bolso, se estavam na mão do senhor Pavoeiro, e, quando eu digo cheques estou a lembrar-me de dois, havia três cheques, o terceiro cheque, esse, estou convencido, não tenho a certeza absoluta, ... vinha na mão do funcionário ... essa é que é a minha dúvida, eu estou convencido que sim, mas não posso garantir ..."*¹³¹.

Mais uma vez, questionada a testemunha, "o senhor viu os cheques na mão do senhor Pavoeiro?"

*"... dentro da pasta, na carteira dele ou nas mãos dele, não sei, ele é que os tinha ..."*¹³².

Ainda, questionada a testemunha "o que é que o senhor Pavoeiro lhe disse quando entrou na sala?"

*"... não me recordo, é-me difícil neste momento recordar-me, lembro-me de determinados pontos, mas aquilo que se passou exatamente é-me impossível recordar..."*¹³³.

¹³⁰ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 744 a 890;

¹³¹ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 948 a 1004;

¹³² Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 948 a 1090;

¹³³ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 1097 a 1120;

Questionada a testemunha se “alguma vez ele disse (arguido J. P.) eu vou depositar, estou aqui para depositar?”

“... eu tenho a ideia que ele disse isso, mas, porque nós perguntámos, não foi ele (arguido J. P.) que chegou lá a dizer isto, aquilo que eu executei foi as instruções que tinha, que era efetivamente, quem aparecesse lá no banco apresentado pelo funcionário o funcionário fá-lo-ia, o funcionário sabia quem era e seria essa pessoa que nos iria ser presente, e as instruções era verificar a existência dos cheques, sim senhor, fazer a detenção, a partir daí comunicar à chefia o que aconteceu, depois partir desse momento houve uma reunião com os membros que estavam do lado de fora, que tinham efetuado a detenção, não era a detenção, tinham encontrado o outro senhor e dali seguimos para a GNR de Alcobaça, a operação em si foi coordenada pela nossa inspetora chefe e, foram-nos dadas diligências para executar e, foi nesse âmbito que nós lá fomos para executar essas diligências ...”¹³⁴.

Questionado a testemunha se “essas ordens para a qual tinham indicação, era para depositar ou deixar depositar?”

“... não me recordo disso, não posso falar sobre isso ...”¹³⁵.

Resultou do depoimento do subgerente da agência Millenium BCP da Benedita o seguinte:

“... o gerente dirigiu-se a mim, apresentou-me o senhor J. P. a mim e, disse-me que passada uma semana, iria ter comigo, para eu abrir uma conta ...”, “... abriu-se a conta, oito dias depois talvez depois, fui eu que abri a conta, o senhor J. P. foi lá, todas as conversas que havia eram com o gerente, entretanto como o gerente ia de férias a seguir à Páscoa, na quinta-feira antes da Páscoa o senhor J. P., foi lá falar com ele e onde o gerente me apresentou uma fotocópia com três cheques e, que o senhor J. P. voltava lá na outra semana para fazer o depósito daqueles cheques, mas era o gerente que ia pedir as autorizações necessárias, visto, que eram montantes elevados, ia pedir autorizações e, que na outra semana na segunda-feira seguinte já deviam ter vindo as devidas

¹³⁴ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 1120 a 1284;

¹³⁵ Registo fonográfico do julgamento, cassete 6, lado B, v. 1310 a 1325;

autorizações, e, ele dirigir-se-ia a mim ...”, “... nessa segunda-feira, a seguir à Páscoa o senhor J. P. de manhã telefonou-me a perguntar se já tinha as autorizações, eu disse que não, mas disse que ia telefonar para os meus colegas, que era o gestor da conta do metro e o meu colega da auditoria, que eram os contactos que o meu gerente deixou, entretanto telefonei logo de manhã, ainda não tinham autorizações e ainda não tinham falado com o gestor do metro, entretanto em conversa com o meu colega da auditoria, ele disse-me que para além de uma declaração do senhor J. P., a dizer a proveniência dos fundos, para pedir também uma declaração do metro, foi isso que depois telefonei ao senhor J. P. a dizer isso, para além de uma declaração dele, era preciso uma declaração do metro, portanto depois do almoço, nessa segunda-feira o senhor J. P. voltou lá dirigiu-se a mim, que não tinha essa declaração e que iria voltar no dia seguinte ...”, “... no dia seguinte ele apareceu lá depois do almoço, quando ele chegou eu estava a atender uma cliente, o senhor J. P. entrou, ficou à espera que eu atendesse o cliente, no fim de eu atender o cliente, fomos ao encontro um do outro, cumprimentámo-nos e, encaminhei-o para o gabinete onde normalmente era atendido pelo gerente, e, estavam lá os dois inspetores da judiciária ...”¹³⁶.

Perguntada a testemunha, se “quando ele se dirigiu a si ia depositar os cheques? Respondeu:

“... portanto, cumprimentámo-nos, porque ainda não tinha visto se trazia a declaração do metro, não falei nada com ele nesse dia ... penso, que era para fazer o depósito, mas não falei com ele nesse dia, só nos cumprimentámos e encaminhei-o para o gabinete ... aliás, quando o meu gerente telefonou, portanto teve conversas com o Diretor, se o dinheiro ficasse no Millenium, tudo bem ...”¹³⁷.

Questionada a testemunha, se “nesse dia, já sabia que os cheques eram falsos? Respondeu:

¹³⁶ Reprodução fonográfica do julgamento, cassete 7, lado A, v. 135 a 429;

¹³⁷ Reprodução fonográfica do julgamento, cassete 7, lado A, v. 463 a 485;

“... sim nesse dia já, através do gerente de conta do metro e o meu colega da auditoria depois ...”¹³⁸.

Questionada a testemunha, se “levava um cheque ou dois na mão?” respondeu:

“... é falso.”¹³⁹.

Novamente a testemunha, em resposta ao Meritíssimo Juiz do Coletivo “quando é que o senhor soube que os cheques eram falsos”. Disse::

“... foi na segunda-feira, perto da hora do almoço, da parte da manhã ...”¹⁴⁰.

Pergunta pelo tribunal. “o senhor já sabia aquando o telefonema do senhor Pavoeiro, que os cheques eram falso?” Respondeu:

“... de manhã não, ainda não sabia, soube posteriormente ao telefonema ...”¹⁴¹.

¹³⁸ Reprodução fonográfica do julgamento, cassete 7, lado A, v. 591 a 601;

¹³⁹ Reprodução fonográfica do julgamento, cassete 7, lado A, v. 705 a 708;

¹⁴⁰ Reprodução fonográfica do julgamento, cassete 7, lado B, v. 395 a 399;

¹⁴¹ Reprodução fonográfica do julgamento, cassete 7, lado B, v. 401 a 436;